

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
BALANÇOS PATRIMONIAIS
Em milhares de reais

ATIVO	Notas	31/12/2012	31/12/2011
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	252.479	180.756
Contas a receber de clientes e outros	5	987.586	939.057
Títulos e valores mobiliários	6	26.726	34.667
Impostos e contribuições a recuperar	7	121.871	108.237
Estoques		14.018	10.481
Despesas pagas antecipadamente		1.637	3.669
Entidade de previdência privada		9.952	6.156
Serviços em curso	8	43.826	44.958
Outros ativos circulantes	10	31.391	22.700
TOTAL DO CIRCULANTE		1.489.486	1.350.681
NÃO CIRCULANTE			
Contas a receber de clientes e outros	5	133.441	256.602
Títulos e valores mobiliários	6	50.169	627
Impostos e contribuições a recuperar	7	75.407	58.794
Impostos e contribuições diferidos	9	177.719	199.072
Partes Relacionadas		257	211
Depósitos judiciais	11	183.748	139.809
Entidade de previdência privada		24.006	35.119
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	12	1.713.486	659.635
Outros ativos não circulantes	10	2.855	8.075
Outros investimentos		11.432	12.117
Intangível	13	3.245.641	3.280.862
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		5.618.161	4.650.923
ATIVO TOTAL		7.107.647	6.001.604

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
BALANÇOS PATRIMONIAIS
Em milhares de reais

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	31/12/2012	31/12/2011
CIRCULANTE			
Fornecedores	14	504.700	395.330
Empréstimos e financiamentos	15	290.934	312.973
Debêntures	16	185.967	102.932
Salários e encargos a pagar	17	48.395	33.326
Taxas regulamentares	18	59.199	54.233
Impostos e contribuições a recolher	19	125.218	132.903
Dividendos e juros sobre capital próprio	20	167.595	31.247
Provisões	21	23.899	18.403
Outros passivos circulantes	22	113.920	178.277
TOTAL DO CIRCULANTE		1.519.827	1.259.624
NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores	14	27.397	25.397
Empréstimos e financiamentos	15	2.611.726	1.974.595
Debêntures	16	98.566	272.532
Taxas regulamentares	18	1.078	30.787
Impostos e contribuições a recolher	19	4.598	3.183
Provisões	21	140.824	109.361
Entidade de previdência privada		1.803	1.688
Partes relacionadas		89	80
Recursos destinados a aumento de capital		2.402	2.402
Outros passivos não circulantes	22	45.665	24.018
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		2.934.148	2.444.043
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	23		
Capital social		542.163	542.163
Reservas de capital		698.050	698.050
Reservas de lucros		1.410.068	725.568
Outros resultados abrangentes		-	48.065
Proposta de distribuição de dividendos adicionais		3.391	284.091
Total do patrimônio líquido		2.653.672	2.297.937
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.653.672	2.297.937
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO TOTAL		7.107.647	6.001.604

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
 DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
 Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas	31/12/2012	31/12/2011
RECEITA LÍQUIDA	24	5.813.614	4.967.359
Custo do serviço	25	(4.025.741)	(3.315.429)
LUCRO BRUTO		1.787.873	1.651.930
Despesas com vendas	25	(478.442)	(409.062)
Despesas gerais e administrativas	25	(257.601)	(196.773)
LUCRO OPERACIONAL		1.051.830	1.046.095
Resultado financeiro		(117.129)	(178.592)
Receitas financeiras	26	380.095	310.854
Despesas financeiras	26	(497.224)	(489.446)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		934.701	867.503
Imposto de renda e contribuição social		(129.204)	(117.013)
Corrente		(249.104)	(264.154)
Diferido		(2.982)	22.965
Imposto de Renda - SUDENE		141.100	143.060
Amortização do benefício fiscal do ágio e reversão PMIPL		(18.218)	(18.884)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		805.497	750.490
LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO:			
Ordinária		4,15	3,87
Preferencial A		4,15	3,87
Preferencial B		4,56	4,25

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Lucro do exercício	805.497	750.490
Outros resultados abrangentes		
Ajustes ativos financeiros da Concessão	-	42.732
Tributos s/ ajustes ativos financeiros da Concessão	-	(14.529)
Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	-	28.203
Total de resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	<u>805.497</u>	<u>778.693</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Em milhares de reais

	Capital Social	Reserva de Capital			Reservas de Lucros					Outros Resultados Abrangentes	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Proposta de Distribuição de Dividendos adicional	Total do Patrimônio Líquido
		Remuneração de Bens e Direitos Constituídos Com Capital Próprio	Reserva Especial de Ágio	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva Legal	Reserva de Retenção de Lucros	Reserva de Lucros a Realizar	Outras Reservas de Lucros				
Saldos em 31 de dezembro de 2010	542.163	18.569	339.052	340.429	473.628	108.433	65.069	-	409	19.862	-	469.099	2.376.713
Distribuição de Reservas de Lucros							(65.069)					65.069	-
Reversão de dividendos prescritos									39				39
Aprovação da proposta de dividendos adicional												(469.099)	(469.099)
Transações de Capital com os Sócios	-	-	-	-	-	-	(65.069)	-	39	-	-	(404.030)	(469.060)
Lucro Líquido do Período											750.490		750.490
Ajustes ativos financeiros da Concessão										42.732			42.732
Tributos s/ ajustes ativos financeiros da Concessão										(14.529)			(14.529)
Ganhos líquidos sobre ativos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	28.203	-	-	28.203
Destinações:													
Reserva de Incentivo Fiscal SUDENE					143.060						(143.060)		-
Juros sobre capital próprio											(113.366)		(113.366)
Dividendos intermediários											(275.043)		(275.043)
Dividendos propostos (nota 21)											(219.021)	219.021	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	542.163	18.569	339.052	340.429	616.688	108.433	-	-	448	48.065	-	284.090	2.297.937
Constituição de Reserva de Lucros								48.065		(48.065)			-
Reversão de Dividendos/JSCP prescritos									427				427
Aprovação da proposta de dividendos												(284.090)	(284.090)
Transações de Capital com os Sócios	-	-	-	-	-	-	-	48.065	427	(48.065)	-	(284.090)	(283.663)
Lucro Líquido do Exercício											805.497		805.497
Destinações:													
Reserva de Retenção de Lucros							432.854				(432.854)		-
Reserva de Lucros a Realizar								62.053			(62.053)		-
Reserva de Incentivo Fiscal SUDENE					141.100						(141.100)		-
Juros sobre capital próprio											(113.167)		(113.167)
Dividendos a distribuir - Complemento 25% mínimos obrigatórios											(52.932)		(52.932)
Dividendos propostos											(3.391)	3.391	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	542.163	18.569	339.052	340.429	757.788	108.433	432.854	110.118	875	-	-	3.391	2.653.672

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	31/12/12	31/12/11
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro do Exercício antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	934.701	867.503
AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Amortização*	263.714	243.859
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais e outras receitas financeiras	279.676	223.959
Valor justo do ativo financeiro	(105.930)	-
Perda com baixa do ativo intangível em curso	15.068	5.240
Provisão para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	54.025	188
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	79.318	150.213
Outras provisões	-	-
	1.520.572	1.490.962
(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS OPERACIONAIS		
Contas a receber de clientes e outros	(4.686)	(102.694)
IR e CSLL a Recuperar	(19.216)	(113.458)
Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL	(29.533)	137.218
Estoques	(3.537)	(2.467)
Depósitos judiciais	(43.939)	45.572
Despesas pagas antecipadamente	2.032	(1.388)
Entidade de previdência privada	7.317	557
Coligadas e controladas	(46)	(73)
Outros ativos	(25.248)	(26.706)
	(116.856)	(63.439)
AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS		
Fornecedores	111.370	78.623
Salários e encargos a pagar	15.069	2.670
Encargos de dívidas e swap pagos	(240.233)	(226.618)
Taxas regulamentares	(24.743)	(5.556)
Impostos e Contribuições a recolher, exceto IR e CSLL	(6.270)	(47.340)
Imposto de renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) pagos	(89.502)	(53.165)
Coligadas e Controladas	9	80
Indenizações/contingências pagas	(45.015)	18.476
Entidade de previdência privada	115	(194)
Outros passivos	(49.106)	75.097
	(328.306)	(157.927)
CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	1.075.410	1.269.596
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de investimentos	685	-
Aquisição de intangível	(1.406.501)	(1.046.577)
Aplicação em títulos e valores mobiliários	(174.358)	34.983
Resgate de títulos e valores mobiliários	135.392	(45.833)
GERAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(1.444.782)	(1.057.427)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Captação de empréstimos e financiamentos	864.260	975.123
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos	(251.170)	(165.061)
Amortização do principal de debêntures	(96.509)	(194.641)
Obrigações vinculadas	237.928	107.327
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(313.414)	(855.438)
UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	441.095	(132.690)
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	71.723	79.479
Caixa e equivalentes no início do período	180.756	101.277
Caixa e equivalentes no final do período	252.479	180.756
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	71.723	79.479

* Valor bruto, não deduzidos dos créditos de PIS/COFINS.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	31/12/2012	31/12/2011
RECEITAS		
Vendas brutas de energia, serviços e outros	8.033.105	7.046.131
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(162.597)	(150.213)
Resultado alienação/desativação bens e direitos	(9.272)	(1.646)
	<u>7.861.236</u>	<u>6.894.272</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Energia elétrica comprada para revenda	(2.394.887)	(1.964.104)
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(307.733)	(266.612)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(1.601.985)	(1.271.438)
	<u>(4.304.605)</u>	<u>(3.502.154)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	3.556.631	3.392.118
Amortização*	(263.713)	(243.859)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	3.292.918	3.148.259
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	380.095	310.854
	<u>380.095</u>	<u>310.854</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	3.673.013	3.459.113
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal		
Remunerações	128.283	116.090
Encargos sociais (exceto INSS)	33.060	31.507
Entidade de previdência privada	7.347	5.519
Auxílio alimentação	13.531	11.566
Convênio assistencial e outros benefícios	5.535	9.525
Despesas com desligamento	16.327	8.602
Férias e 13º salário	34.200	28.423
Plano de saúde	15.839	16.320
Indenizações trabalhistas	18.151	17.464
Participação nos resultados	30.516	20.964
Administradores	4.489	2.886
Encerramento de ordem em curso	4.159	3.833
(-) Transferência para ordens	(93.563)	(80.956)
Subtotal	217.874	191.743
Impostos, Taxas e Contribuições		
INSS (sobre folha de pagamento)	33.244	27.548
ICMS	1.298.133	1.177.999
PIS/COFINS sobre faturamento	389.606	351.906
Imposto de renda e contribuição social	129.204	117.013
Obrigações intra-setoriais	287.480	340.186
Outros	9.499	8.407
Subtotal	2.147.166	2.023.059
Remuneração de Capitais de Terceiros		
Juros e variações cambiais	497.224	489.446
Aluguéis	5.252	4.375
Subtotal	502.476	493.821
Remuneração de Capitais Próprios		
Juros sobre capital próprio	113.167	113.366
Dividendos distribuídos	52.933	275.043
Dividendos propostos	3.391	219.021
Reserva de Incentivo Fiscal - SUDENE	141.100	143.060
Reserva de retenção de lucro	432.854	-
Reserva de Lucro a Realizar	62.052	-
Subtotal	805.497	750.490
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUIDO	3.673.013	3.459.113

* Valor bruto, não deduzidos dos créditos de PIS/COFINS.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2012				2011 (Reclassificado)			
1 - BASE DE CÁLCULO	R\$				R\$ mil			
Receita Líquida (RL)	5.813.614				4.967.359			
Resultado Operacional (RO)	1.051.830				1.046.095			
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	406.129				202.842			
Valor Adicionado Total (VAT)	3.673.013				3.459.113			
2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS (1)	R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	% sobre VAT	R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	% sobre VAT
Alimentação	13.531	3,33	0,23	0,37	10.179	5,02	0,20	0,29
Encargos sociais compulsórios	61.064	15,04	1,05	1,66	59.704	29,43	1,20	1,73
Previdência privada	9.406	2,32	0,16	0,26	7.924	3,91	0,16	0,23
Saúde	17.229	0,30	0,02	0,03	13.087	6,45	0,26	0,38
Segurança e saúde no trabalho	1.203	0,11	0,01	0,01	2.333	1,15	0,05	0,07
Educação	461	0,11	0,01	0,01	540	0,27	0,01	0,02
Cultura	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Capacitação e desenvolvimento profissional	1.971	0,49	0,03	0,05	1.527	0,75	0,03	0,04
Creches ou auxílio-creche	1.052	0,26	0,02	0,03	977	0,48	0,02	0,03
Esporte	8	0,00	0,00	0,00	14	0,01	0,00	0,00
Transporte	520	0,13	0,01	0,01	1.601	0,79	0,03	0,05
Participação nos lucros ou resultados	30.988	7,63	0,53	0,84	20.964	10,34	0,42	0,61
Outros	172	0,04	0,00	0,00	1.664	0,82	0,03	0,05
Total - Indicadores sociais internos	137.605	30	2	3	120.514	59,41	2,43	3,48
3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT
<u>Educação</u>	603	0	0,01	0,02	951	0,09	0,02	0,03
<u>Cultura</u>	22.478	2,14	0,39	0,61	4.434	0,42	0,09	0,13
<u>Saúde e Saneamento</u>	419	0,04	0,01	0,01	479	0,05	0,01	0,01
<u>Esporte</u>	91	0,01	0,00	0,00	90	0,01	0,00	0,00
<u>Combate à fome e segurança alimentar</u>	-	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00
<u>Desenvolvimento Social</u>	1.181.309	112,31	20,32	32,16	651.519	62,28	13,12	18,83
<u>Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico</u>	20.482	1,95	0,35	0,56	17.625	1,68	0,35	0,51
<u>Outros</u>	860	0,08	0,01	0,02	633	0,06	0,01	0,02
Total das Contribuições para a Sociedade	1.226.242	116,58	21,09	33,39	675.731	64,60	13,60	19,53
Tributos (Exceto Encargos Sociais)	1.941.133	184,55	33,39	52,85	1.988.714	190,11	40,04	57,49
Total - Indicadores sociais externos	3.167.375	301,13	54,48	86,23	2.664.445	254,70	53,64	77,03
4 - INDICADORES AMBIENTAIS	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT
<u>Investimentos relacionados com a operação da empresa</u>	61.555	5,85	1,06	1,68	51.887	4,96	1,04	1,50
<u>Investimento em programas e/ou projetos externos</u>	28.282	2,69	0,49	0,77	29.956	2,86	0,60	0,87
Total dos investimentos em meio ambiente	89.837	8,54	1,55	2,45	81.843	7,82	1,65	2,37
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade	24				1			
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente	-				3			
Passivos e contingências ambientais.	-				-			
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficiência na utilização de recursos naturais, a empresa:								
() Não possui Metas	() Cumpre de 0 a 50%,				() Não possui Metas			
	() Cumpre de 51 a 75%				() Cumpre de 0 a 50%,			
	(X) Cumpre de 76 a 100%				() Cumpre de 51 a 75%			
					(X) Cumpre de 76 a 100%			

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
BALANÇOS SOCIAIS – INFORMAÇÃO ADICIONAL (NÃO AUDITADO)

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2012	2011 (Reclassificado)
5- INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL		
Nº de empregados(as) ao final do período	2.516	2.533
Nº de admissões durante o período	296	219
Nº de desligamentos durante o período	316	227
Nº de empregados(as) terceirizados (1)	14.727	12.445
Nº de estagiários(as) (1)	200	216
Nº de empregados acima de 45 anos	1.217	1.409
Nº de empregados por faixa etária, nos seguintes intervalos:		
menores de 18 anos	0	0
de 18 a 35 anos	1.075	900
de 36 a 60 anos	1.419	1.597
acima de 60 anos	22	36
Nº de empregados por nível de escolaridade, segregados por:		
analfabetos	-	-
com ensino fundamental	162	197
com ensino médio	200	609
com ensino técnico	1.360	732
com ensino superior	816	810
pós- graduados	178	185
Nº de empregados por sexo:		
homens	1.965	1.981
mulheres	551	552
% de cargos de chefia por sexo:		
homens	78%	78%
mulheres	22%	22%
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	115	2.080
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	0,04%	66%
Nº de empregados portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais (1)	57	65
Remuneração bruta segregada por:		
Empregados	145.925	131.206
Administradores	141.540	126.769
Terceirizados	4.385	4.437
Autônomos	-	-
6- INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	33	32
Nº total de acidentes de trabalho	17	18
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção (x) direção e gerências () todos(as) empregados	() direção (x) direção e gerências () todos(as) empregados
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(x) direção e gerências () todos(as) empregados (x) todos(as) + CIPA	() direção e gerências () todos(as) empregados () todos(as) + CIPA
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos (as) trabalhadores (as), a empresa:	() não se envolve (x) segue as normas da OIT () incentiva e segue a OIT	() não se envolve (x) segue as normas da OIT () incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	() direção () direção e gerências (x) todos(as) empregados	() direção () direção e gerências (x) todos(as) empregados
A participação nos lucros ou resultados contempla:	() direção () direção e gerências (x) todos(as) empregados	() direção () direção e gerências (x) todos(as) empregados
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados () são sugeridos (x) são exigidos	() não são considerados () são sugeridos (X) são exigidos
Quanto à participação de empregados (as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve () apóia (x) organiza e incentiva	() não se envolve () apóia (X) organiza e incentiva
Contencioso Cível:		
Nº total de reclamações e críticas de consumidores(as):		
na empresa	119.559	129.231
no procon	568	1.316
na justiça	10.233	12.602
% das reclamações e críticas solucionadas:		
na empresa	98%	98%
no procon	78%	87%
na justiça	98%	62%
Montante de multas e indenizações a clientes, determinadas por órgãos de proteção e defesa do consumidor ou pela Justiça:	20.028	16.262
Ações empreendidas pela entidade para sanar ou minimizar as causas das reclamações:		
Contingências e passivos trabalhistas:		
Número de processos trabalhistas:		
movidos contra a entidade	1.977	1.855
juizados procedentes	1.125	1.330
juizados improcedentes	741	450
	111	75
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça (3)	23.561	23.177
Valor Adicionado Total a Distribuir		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	3.673.013	3.447.244
Ào Governo (%)	58,46%	58,48%
Àos Colaboradores (%)	5,93%	5,54%
Àos Acionistas (%)	18,09%	17,56%
À terceiros (%)	13,68%	14,28%
Reserva SUDENE (%)	3,84%	4,14%

7- OUTRAS INFORMAÇÕES

CNPJ: 15.139.629/0001-94 setor energético - BA

Para esclarecimentos sobre as informações declaradas: André Luis Margalhão Gondim, Fone: (71)3370-5141, e-mail: agondim@coelba.com.br

Esta empresa não utiliza mão-de-obra infantil ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção.

Nossa empresa valoriza e respeita a diversidade interna e externamente.

Informações não examinadas pelos auditores independentes.

1 INFORMAÇÕES GERAIS

A Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA (“Companhia”), sociedade por ações de capital aberto, registrada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros e controlada pela NEOENERGIA S/A (“NEOENERGIA”), é concessionária de serviço público de energia elétrica, destinada a projetar, construir e explorar os sistemas de sub-transmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo prestar serviços técnicos de sua especialidade, realizar operações de exportação e importação e praticar os demais atos necessários à consecução de seu objetivo, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, órgão vinculado ao Ministério das Minas e Energia.

A sede da Companhia está localizada na Av. Edgard Santos, 300, Narandiba, Salvador – Bahia.

A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica em 415 dos 417 municípios do Estado da Bahia, e aos municípios de Delmiro Gouveia no Estado de Alagoas e Dianópolis no Estado de Tocantins, abrangendo uma área de concessão de 563 mil km², outorgado pelo Decreto de 6 de agosto de 1997 e regulado pelo Contrato de Concessão nº 010, firmado em 08 de agosto de 1997 e aditivos, com vigência de 30 anos, até 7 de agosto de 2027.

Adicionalmente, pela atual regulamentação do setor elétrico, a Companhia vem atendendo consumidores livres no Estado da Bahia, desde 2002.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração destas demonstrações financeiras em 30/01/2013, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado.

2 ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO FINANCEIRA

2.1 – Base de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: o registro da receita de fornecimento de energia e de uso da rede de distribuição não faturados, o registro da comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pela CVM e CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2012.

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

2.2 – Conversão de saldos em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.3 – Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

a) Receita faturada

Os serviços de distribuição de energia elétrica são medidos através da entrega de energia elétrica ocorrida em um determinado período. Essa medição ocorre de acordo com o calendário de leitura estabelecido pela Companhia. O faturamento dos serviços de distribuição de energia elétrica é, portanto, efetuado de acordo com esse calendário de leitura, sendo a receita de serviços registrada na medida em que as faturas são emitidas.

b) Receita não faturada

Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e à receita de utilização da rede de distribuição não faturada, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

c) Receita de construção

A ICPC 01(R1) estabelece que o concessionário de energia elétrica deva registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 (R1) – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 (R1) – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infra-estrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infra-estrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infra-estrutura com partes não relacionada. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

d) Receita de juros

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade.

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

2.4 – Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a item registrados diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

As alíquotas aplicáveis do imposto de renda e da contribuição social (“IR e CS”) são de 25% e 9%, respectivamente.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício. Para o cálculo do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente, a Companhia adota o Regime Tributário de Transição – RTT, que permite expurgar os efeitos decorrentes das mudanças promovidas pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009, da base de cálculo desses tributos.

A Companhia tem direito a redução do Imposto de Renda (Incentivo Fiscal SUDENE), calculada com base no lucro da exploração (vide nota explicativa nº 23).

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto de renda e contribuição social diferido passivo é integralmente reconhecido. O reconhecimento do imposto de renda e contribuição social diferido ativo ocorre na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização. Periodicamente, os valores contabilizados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância com o disposto na legislação tributária.

2.5 - Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

2.6 – Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros da Companhia estão classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (os mantidos para negociação e os designados assim no reconhecimento inicial), empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda ou derivativos classificados como instrumentos de hedge eficazes.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários e ativo financeiro de concessão.

a.1) Mensuração subsequente dos ativos financeiros

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

- Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

- Investimentos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

- Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período.

a.2) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa de o ativo expirarem;

A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia referem-se a empréstimos e financiamentos e derivativos classificados como valor justo por meio do resultado, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos.

b.1) Mensuração subsequente dos passivos financeiros

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem derivativos.

- Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa efetiva de juros.

b.2) Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

c) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

2.7 – Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia firma contratos derivativos de swap com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados com variações nas taxas cambiais e nas taxas de juros.

A Companhia não tem contratos derivativos com fins comerciais e especulativos (vide nota explicativa nº 29).

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de hedge são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo.

Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo desses derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, no resultado financeiro.

2.8 – Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.9 – Contas a receber de clientes e outros

Engloba as contas a receber com fornecimento de energia e uso da rede, faturado e não faturado, este por estimativa, serviços prestados, acréscimos moratórios, energia comercializada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e outros, até a data do balanço, contabilizado com base no regime de competência. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

As contas a receber de clientes e outros estão apresentados líquidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber de consumidores e títulos a receber cuja recuperação é considerada improvável.

A PCLD é constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias. Considera também, uma análise individual dos títulos a receber e do saldo de cada consumidor, de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento, baseando-se na experiência da Administração em relação às perdas efetivas, na existência de garantias reais, entre outros.

2.10 – Títulos e valores mobiliários

São classificados como ativos financeiros mantidos até o vencimento, e estão demonstrados ao custo amortizado, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até as datas base das demonstrações financeiras.

2.11 – Estoques

Os materiais e equipamentos em estoque, classificados no ativo circulante (almoxarifado de manutenção e administrativo) estão registrados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização, deduzidos de provisões para perdas, quando aplicável.

2.12 – Outros investimentos

Representam investimentos em bens imóveis e quotas de direitos sobre a comercialização de obra audiovisual, que não se destinam ao objetivo da concessão e estão registrados pelo custo de aquisição, líquidos de provisão para perdas, quando aplicável.

2.13 – Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro)

Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e que não serão amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 (R1) – Contrato de concessão e ICPC 17 – Contrato de Concessão: Evidenciação e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de concessão.

Essa parcela de infra-estrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos clientes.

A atualização financeira do ativo financeiro reconhecida no resultado é efetuada trimestralmente, considerando a atualização pelo IGPM, como forma de distribuir linearmente ao longo do exercício o reajuste da denominada Base Tarifária, que é corrigida anualmente por esse índice. Diferenças entre o valor justo contabilizado e o novo valor justo apurado são reconhecidas no patrimônio líquido como Outros Resultados Abrangentes. Na data da revisão tarifária da Coelba e Cosern, que ocorre a cada cinco anos, e da Celpe, que ocorre a cada quatro anos, (próxima revisão tarifária prevista para abril de 2013) o ativo financeiro poderá ser ajustado ao valor justo de acordo com a base de remuneração determinada ao valor novo de reposição pelos critérios tarifários.

2.14 – Intangível

Compreende o direito de uso da infra-estrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com as disposições das Deliberações CVM nºs 553 de 12 de novembro de 2008, 677 de 13 de dezembro de 2011 e 654 de 28 de dezembro de 2010, que aprovam respectivamente o CPC 04 (R1) – Ativos Intangíveis, os ICPC 01 (R1) – Contrato de Concessão e ICPC 17 Contrato de Concessão: Evidenciação e o OCPC 05 – Contrato de Concessão.

É avaliado ao custo de aquisição/construção, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A Companhia entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo intangível exceda o seu valor recuperável. Tal conclusão é suportada pela metodologia de avaliação da base de remuneração utilizada para cálculo da amortização cobrada via tarifa, já que enquanto os registros contábeis estão a custo histórico a base de cálculo da amortização regulatória corresponde aos ativos avaliados a valor novo de reposição.

Contudo, a fim de corroborar seu entendimento a Companhia efetua anualmente o teste de recuperabilidade utilizando o método do valor presente dos fluxos de caixa futuros gerados pelos ativos resultando um valor superior àquele registrado contabilmente (vide nota explicativa nº 13).

2.15 - Análise do Valor de Recuperação dos Ativos

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Essa avaliação é efetuada com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado, com base no resultado operacional e projeções da Companhia até o término da concessão, tendo como principais premissas:

- Crescimento orgânico compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira; e
- Taxa média de desconto obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, não foi identificada necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável.

2.16 – Empréstimos, financiamentos e debêntures

As obrigações em moeda nacional e estrangeira são atualizadas pela variação monetária e pelas taxas efetivas de juros, incorridos até as datas dos balanços, de acordo com os termos dos contratos financeiros, deduzidas dos custos de transação incorridos na captação dos recursos.

Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, nesse caso o ativo intangível correspondente ao direito de uso da infra-estrutura para a prestação do serviço público, estão incluídos no custo do intangível em curso até a data em que estejam prontos para o uso pretendido, conforme disposições das Deliberações CVM nºs 553, de 12 de novembro de 2008 e 672, de 20 de outubro de 2011, que aprovaram, respectivamente, os CPC's 04 (R1) – Ativo Intangível e CPC 20 (R1) – Custos de Empréstimos.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.

2.17 – Taxas regulamentares

a) Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3,0% de sua receita anual.

b) Conta Consumo de Combustível (CCC)

Parcela da receita tarifária paga pelas distribuidoras, nos sistemas interligados com dupla destinação: pagar as despesas com o combustível usado nas térmicas que são acionadas para garantir as incertezas hidrológicas e; subsidiar parte das despesas com combustível nos sistemas isolados para permitir que as tarifas elétricas naqueles locais tenham níveis semelhantes aos praticados nos sistemas interligados.

c) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL.

d) Programas de Eficientização Energética (PEE) – Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

e) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

f) Encargo do Serviço do Sistema – ESS

Representa o custo incorrido para manter a confiabilidade e a estabilidade do Sistema Interligado Nacional para o atendimento do consumo de energia elétrica no Brasil. Esse custo é apurado mensalmente pela CCEE e é pago pelos agentes da categoria consumo aos agentes de geração.

2.18 - Participação nos resultados

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em consideração o alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. O valor atribuído a essa participação é registrado como despesa operacional.

2.19 - Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes e na Interpretação Técnica ICPC 08 – Contabilização da proposta de pagamento de dividendos, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual sejam distribuídos, a título de dividendos, após destinação da reserva legal. Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício.

A Companhia distribui juros a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do Art. 9º, parágrafo 7º. da Lei nº 9.249, de 26/12/95, os quais são dedutíveis para fins fiscais e considerados parte dos dividendos obrigatórios.

Os dividendos e juros sobre o capital próprio, não reclamados no prazo de três anos, são revertidos para a Companhia.

2.20 – Plano previdenciário e outros benefícios aos empregados

A Companhia possui diversos planos de benefícios a empregados incluindo planos de pensão e aposentadoria, assistência médica, participação nos lucros e resultados, dentre outros.

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos correspondentes reconhecidos durante o período aquisitivo dos empregados, em conformidade com a Deliberação CVM nº 600, de 7 de outubro de 2009. Eventuais superávits com planos de benefícios a empregados também são contabilizados, reconhecidos até o montante provável de redução nas contribuições futuras da patrocinadora para estes planos.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente, são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biológicas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médica são reconhecidos no resultado do exercício.

2.21 – Provisões

A Companhia registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para contingências fiscais, trabalhistas e cíveis que como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

A Companhia também está sujeita a várias reivindicações cíveis e trabalhistas cobrindo uma ampla faixa de assuntos que advém do curso normal das atividades de negócios. O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

2.22 – Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas por força de legislação ou cláusulas contratuais, de forma a refletir os valores atualizados até a data das demonstrações financeiras (passivos).

2.23 – Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração da Companhia, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente.

2.24 – Questões ambientais

A Companhia capitaliza gastos referentes a demandas ambientais consubstanciada nas previsões regulamentares do setor de energia elétrica e tem por motivadores os “condicionantes ambientais” exigidos pelos órgãos públicos competentes, para concessão das respectivas licenças que permitirão a execução dos projetos. Nesse particular, estão enquadrados o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA e o Instituto do Meio Ambiente – IMA, este na esfera estadual.

Os “condicionantes ambientais” correspondem a compensações que devem ser realizadas para executar o projeto, visando reparar, atenuar ou evitar danos ao meio ambiente onde será realizado o empreendimento.

Na hipótese dos gastos decorrerem de convênios com ONG’s e outros entes que promove a preservação ambiental, sem, no entanto, estarem relacionados a projetos de investimentos, o gasto é apropriado ao resultado como despesa operacional.

O reconhecimento das obrigações assumidas obedece ao regime de competência, a partir do momento em que haja a formalização do compromisso, e são quitadas em conformidade com os prazos avençados entre as partes.

2.25 – Segmento de negócios

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 22 – Informações por segmento, correspondente ao IFRS 8 – *Operating segments*, segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da entidade para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho e para o qual haja informação financeira individualizada disponível.

Todas as decisões tomadas pela Companhia são baseadas em relatórios consolidados, os serviços são prestados utilizando-se uma rede integrada de distribuição, e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Consequentemente, a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de distribuição de energia elétrica como passível de reporte.

2.26 - Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 641, de 07 de outubro de 2010, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa (“CPC 03”). As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do valor adicionado (“CPC 09”).

2.27 - Novos Pronunciamentos Contábeis

2.27.1 - Pronunciamentos técnicos revisados pelo CPC em 2012

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Alguns pronunciamentos técnicos e interpretações emitidas pelo CPC foram revisados e têm a sua adoção obrigatória para o período iniciado em 01/01/2012.

Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos das alterações destes procedimentos e interpretações:

ICPC 08 (R1) – Contabilização da proposta de pagamento de dividendos – aprovado pela Deliberação CVM Nº 683, de 30 de agosto de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

ICPC 09 (R1) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial – aprovado pela Deliberação CVM Nº 687, de 04 de outubro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 17 (R1)/IAS 11 - Contratos de Construção - aprovado pela Deliberação CVM Nº 691, de 08 de novembro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 18 (R2)/IAS 28 - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto - aprovado pela Deliberação CVM Nº 696, de 13 de dezembro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 19 (R2)/IFRS 11 - Negócios em Conjunto - aprovado pela Deliberação CVM Nº 694, de 23 de novembro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 30 (R1)/IAS 18 - Receitas - aprovado pela Deliberação CVM Nº 692, de 08 de novembro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 33 (R1)/IAS 19 - Benefícios a Empregados - aprovado pela Deliberação CVM Nº 695, de 13 de dezembro de 2012. A revisão desta norma engloba alterações como a remoção do mecanismo do corredor, o conceito de retornos esperados sobre ativos do plano e esclarecimentos sobre valorizações e desvalorizações. Esta revisão entrará em vigor para os períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2013. A Companhia está avaliando os impactos futuros da adoção dessas emendas sobre as demonstrações financeiras a serem emitidas a partir da data de vigência.

CPC 35 (R2)/IAS 27 - Demonstrações Separadas - aprovado pela Deliberação CVM Nº 693, de 08 de novembro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 36 (R3)/IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas - aprovado pela Deliberação CVM Nº 698, de 20 de dezembro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 40 (R1)/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação - aprovado pela Deliberação CVM Nº 684, de 30 de agosto de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

CPC 45/IFRS 12 - Divulgação de Participações em Outras Entidades - aprovado pela Deliberação CVM Nº 697, de 13 de dezembro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 46/IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo - aprovado pela Deliberação CVM Nº 699, de 20 de dezembro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

2.28 - Reapresentação das cifras comparativas

As informações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram reclassificadas, para fins de melhor apresentação e manutenção da uniformidade na comparabilidade.

A comparação entre os saldos apresentados e os saldos reclassificados para fins de comparabilidade, está demonstrada a seguir:

		31/12/11	
		Balanço Patrimonial	
	Ref	Publicado	Reapresentado
ATIVO			
CIRCULANTE			
Contas a receber de clientes e outros	(a)	923.069	939.057
Outros ativos circulantes	(a)	38.688	22.700
NÃO CIRCULANTE			
Títulos e valores mobiliários	(b)	52.598	627
Impostos e contribuições diferidos	(c)	74.753	199.072
Benefício fiscal - ágio incorporado da controladora	(c)	208.586	-
CIRCULANTE			
Fornecedores	(d)	395.410	395.330
Taxas regulamentares	(e)	52.454	54.233
Outros passivos circulantes	(e)	180.056	178.277
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	(b)	2.026.566	1.974.595
Impostos e contribuições diferidos	(c)	84.267	-
Coligadas e controladora	(d)	-	80

		31/12/11	
		Demonstração do Resultado	
	Ref	Publicado	Reapresentado
Custo do serviço	(f)	(3.410.513)	(3.315.429)
Despesas com vendas	(f)	(313.978)	(409.062)

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Notas:

- (a) Reclassificação dos créditos a receber referentes ao Subsídio Baixa Renda (R\$ 16.146 em 31 de dezembro de 2011) do grupo de Outros ativos circulantes para Contas a Receber e Encargos de Capacidade Emergencial e Aquisição de Energia Elétrica (R\$ 159 em 31 de dezembro de 2011) de Contas a Receber para Outros Ativos Circulantes;
- (b) Apresentação da dívida líquida das garantias vinculadas;
- (c) Os Impostos diferidos representam as diferenças temporárias determinadas pela comparação entre os valores contábeis de ativos e passivos, conforme orientação CPC 32;
- (d) Reclassificação para apresentação de saldo com parte relacionada;
- (e) Reclassificação dos Encargos do Consumidor - Tesouro Nacional do grupo de Outros passivos circulantes para Taxas regulamentares;
- (f) Ajuste na transferência por atividade da despesa com PCLD;

3 JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração não identificou julgamentos que têm efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo período financeiro, são discutidas a seguir:

- a) Bifurcação dos Bens da Concessão do Serviço Público – Ativo Financeiro Indenizável e Ativo Intangível

A Companhia adota a premissa de que os bens são reversíveis no final do contrato de concessão, com direito de recebimento integral de indenização pelo poder concedente, sobre os investimentos ainda não amortizados e estimou o ativo financeiro indenizável oriundo da concessão, considerando os investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão, sendo tais montantes classificados como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. A parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude da sua recuperação esta condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos clientes.

Com base nas disposições contratuais e nas interpretações dos aspectos legais e regulatórios, a Companhia adotou a premissa de que será indenizada pelo valor residual contábil ao final da concessão. Essa determinação impactou a base de formação dos ativos que possuem cláusula de indenização prevista no contrato de concessão, norteados pela ICPC-01(IFRIC-12).

b) Contratos de Construção

Em atendimento ao CPC 17 e ICPC 01, a Companhia contabilizou receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infra-estrutura, considerando que no negócio de distribuição de energia elétrica no Brasil não há margem nos serviços de construção.

Desta forma, a margem de construção foi estabelecida como sendo igual a zero, já que os valores desembolsados na atividade de construção são pleiteados, sem a incidência de qualquer margem, na Base de Remuneração Regulatória da Sociedade. A atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica, não sendo prevista, na estrutura tarifária, a remuneração com margem diferente de zero, sobre os serviços de construção.

c) Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

d) Provisões para riscos tributários, cíveis, regulatórios e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, regulatórias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

e) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber, levando em consideração as perdas históricas e uma avaliação individual das contas a receber com riscos de realização. A provisão é constituída com base nos valores a receber de consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias, consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias, consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, bem como através de análise criteriosa para os clientes com débitos relevantes.

f) Benefícios pós-emprego

O custo do plano de aposentadoria com benefícios definidos e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas anualmente.

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/12	31/12/11
Caixa e Depósitos bancários à vista	42.382	37.025
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	1.663	74.730
Fundos de investimento	208.434	69.001
	<u>252.479</u>	<u>180.756</u>

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo ou de realização.

A carteira de aplicações financeiras é constituída, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: operações compromissadas, CDB's e cotas de fundos. Os valores aplicados são convertidos em cotas com atualização diária e o cálculo do saldo do cotista é feito multiplicando o número de cotas adquiridas pelo valor da cota no dia.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As demais aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósito Bancário - CDB's, que correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional, contratadas pela empresa a percentuais que variam de 96,5% a 100%, do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), tendo como característica alta liquidez e baixo risco de crédito.

5 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

As contas a receber de clientes e outros estão compostos da seguinte forma:

	Ref.	31/12/12	31/12/11
Consumidores	(a)	1.236.632	1.297.974
Títulos a receber	(b)	1.728	2.743
Comercialização de energia na CCEE	(c)	47.432	17.989
Disponibilização do sistema de distribuição		23.650	13.054
Serviços prestados a terceiros		11.733	11.407
Serviços taxados e administrativos		12.824	18.306
Subvenção à baixa renda - tarifa social	(d)	59.123	16.147
Outros créditos		31.939	42.755
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(e)	(304.034)	(224.716)
Total		<u>1.121.027</u>	<u>1.195.659</u>
Circulante		987.586	939.057
Não circulante		133.441	256.602

(a) Consumidores

	Saldos vincendos	Saldos vencidos		Total		PCLD	
		Até 90 dias	Mais de 90 dias	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Setor privado							
Residencial	238.814	125.466	206.811	571.091	671.027	(253.818)	(191.058)
Industrial	78.531	7.896	12.464	98.891	130.349	(4.138)	(3.480)
Comercial, serviços e outras	128.648	31.184	37.732	197.564	212.418	(14.226)	(11.401)
Rural	32.548	9.605	21.245	63.398	63.771	(6.418)	(3.417)
	<u>478.541</u>	<u>174.151</u>	<u>278.252</u>	<u>930.944</u>	<u>1.077.565</u>	<u>(278.600)</u>	<u>(209.356)</u>
Setor público							
Poder público							
Federal	5.103	740	1.011	6.854	6.219	(398)	-
Estadual	9.025	3.470	563	13.058	10.645	(2)	-
Municipal	15.236	7.874	1.198	24.308	23.712	(8)	-
	<u>29.364</u>	<u>12.084</u>	<u>2.772</u>	<u>44.220</u>	<u>40.576</u>	<u>(408)</u>	<u>-</u>
Iluminação pública	27.648	7.057	594	35.299	35.445	(43)	-
Serviço público	36.670	6.555	2.914	46.139	39.980	(514)	(756)
Fornecimento não faturado	180.030	-	-	180.030	104.408	-	-
Total	<u>752.253</u>	<u>199.847</u>	<u>284.532</u>	<u>1.236.632</u>	<u>1.297.974</u>	<u>(279.565)</u>	<u>(210.112)</u>
Circulante				1.107.860	1.063.423	(279.565)	(210.112)
Não circulante				128.772	234.551	-	-

As contas a receber de consumidores de longo prazo representam os valores resultantes da consolidação de parcelamentos de débitos de contas de fornecimento de energia vencidos de consumidores inadimplentes e com vencimento futuro, cobrados em contas de energia. Inclui juros e multa calculados pró-rata temporis.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Títulos a receber

Referem-se aos parcelamentos de débitos financeiros, oriundos de débitos de agentes arrecadadores, aluguéis, custas processuais, dentre outros.

	Saldos vincendos	Vencidos		Total		PCLD	
		Até 90 dias	Mais 90 dias	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Setor público	-	-	-	-	10	-	-
Setor privado	706	50	972	1.728	2.733	(1.508)	(1.572)
Total	<u>706</u>	<u>50</u>	<u>972</u>	<u>1.728</u>	<u>2.743</u>	<u>(1.508)</u>	<u>(1.572)</u>
Circulante				1.204	1.359	-	(1.183)
Não circulante				524	1.384	(1.508)	(389)

Os parcelamentos de débitos incluem juros e atualização monetária a taxas, prazos e indexadores comuns de mercado, e os valores, líquidos da PCLD, são considerados recuperáveis pela Administração da Companhia.

(c) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Referem-se a créditos oriundos da comercialização de energia no mercado de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (antigo Mercado Atacadista de Energia – MAE) informados pela CCEE a partir da medição e registro da energia fornecida no sistema elétrico interligado.

Os valores de longo prazo compreendem as operações realizadas no período de setembro de 2000 a dezembro de 2002 vinculados a processos judiciais em andamento movido por agentes do setor que contestam a contabilização da CCEE para o período. Dada à incerteza de sua realização a Companhia constituiu Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, em valor equivalente à totalidade do crédito.

(d) Subvenção à baixa renda – tarifa social

O Governo Federal, por meio das Leis nºs 12.212, de 20 de janeiro de 2010 e 10.438, de 26 de abril de 2002, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda.

O Decreto Presidencial nº 7.583, de 13 de outubro de 2011 definiu as fontes para concessão de subvenção econômica, a ser custeada com recursos da CDE e com alterações na estrutura tarifária de cada concessionária. A Resolução Normativa ANEEL nº 472, de 24 de janeiro de 2012 estabeleceu a metodologia de cálculo para apurar a Diferença Mensal de Receita – DMR e o montante de recursos a ser repassado a cada distribuidora para custear essa diferença.

A referida subvenção é calculada mensalmente pela distribuidora e submetida à ANEEL para aprovação e homologação através de Despacho, após o qual ocorre o repasse.

O saldo a receber em 31 de dezembro de 2012 é R\$ 59.123 (R\$ 16.147 em 2011), relativo às subvenções dos meses de novembro e dezembro de 2012.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – PCLD

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída após criteriosa análise das contas a receber vencidas, com base na análise de risco dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos consumidores e as garantias reais para os débitos, e é considerada suficiente pela Administração da Companhia para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber.

Para fins fiscais, o excesso de provisão calculado em relação aos termos dos artigos 9 e 10 da Lei nº 9.430/96, está adicionado ao lucro real e à base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL.

	Consumidores	Títulos a receber	Outros créditos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	(210.112)	(1.572)	(13.032)	(224.716)
Adições	(304.783)	(950)	(23.363)	(329.096)
Reversões	152.053	1.014	13.434	166.501
Baixados a reserva	83.277	-	-	83.277
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>(279.565)</u>	<u>(1.508)</u>	<u>(22.961)</u>	<u>(304.034)</u>

6 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os Títulos e Valores Mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais, a preços e condições de mercado, que estão vinculados como contraparte de garantias oferecidas para participação em leilões de energia e contratações de financiamentos, além de aplicações em fundo exclusivo composto por papéis com vencimentos no longo prazo e Letras Financeiras do Tesouro – LFT's.

Agente Financeiro	Ref.	Tipo de aplicação	Vencimento	Indexador	31/12/12	31/12/11
Banco do Brasil	(2)	Fundo BB Polo	(*)	CDI	8.179	19.071
Banco Itaú	(1)	Títulos Públicos	fev-13 / mai-14	CDIC	1.045	999
Banco Nordeste do Brasil	(2)	LFT	set-17	CDI	43.927	-
Bradesco	(1)	Fundo Recife	(*)	CDI	11.684	2.390
Bradesco	(1)	LFT	mar-13 / jun-13	CDI	16	552
Bradesco	(1)	CDB	jan-13 / set-13 / abr-14	CDI	2.184	2.000
Caixa Econômica Federal	(1)	CDB	jun -13 / jan-13 / fev-14 / fev-17	CDI	7.374	5.555
Votorantim	(1)	CDB	dez-12	CDI	-	4.727
Votorantim		CDB	jun-13	CDI	2.486	-
Total					<u>76.895</u>	<u>35.294</u>
Circulante					26.726	34.667
Não circulante					50.169	627

(*) Aplicações sem vencimento pré-determinado

(1) Constituem garantia suplementar para pagamento de contrato de energia.

(2) Aplicações compostas por papéis com vencimentos no longo prazo e/ou baixa liquidez.

Os CDBs são títulos emitidos por bancos de primeira linha com liquidez diária, recompra garantida, com variação da taxa de juros com base no percentual do CDI, valorização diária, com registro na CETIP e com portabilidade total e imediata.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A mutação dos títulos e valores mobiliários é a seguinte:

Saldos em 31 de dezembro de 2011	35.294
Aplicações	174.358
Resgates	(135.392)
Remuneração	2.635
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>76.895</u>

7 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Ref.	31/12/12	31/12/11
Circulante			
Imposto de renda - IR	(a)	35.699	39.736
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	(a)	11.234	6.483
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	(b)	55.226	43.399
Programa de integração social - PIS	(c)	3.012	1.430
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	(c)	13.901	15.093
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS		1.537	1.354
Outros		1.262	742
		<u>121.871</u>	<u>108.237</u>
Não circulante			
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	(b)	72.994	56.382
Recuperação fiscal - REFIS	(d)	2.413	2.412
		<u>75.407</u>	<u>58.794</u>
Total		<u>197.278</u>	<u>167.031</u>

(a) Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL) antecipados correspondem aos montantes recolhidos quando das apurações tributárias mensais, nos termos do artigo 2º da Lei 9.430, de 27 de dezembro de 1996, além das antecipações de aplicações financeiras, retenção de órgãos públicos e retenção na fonte referente a serviços prestados.

(b) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) registrado no ativo está composto da seguinte forma:

b.1) ICMS a recuperar sobre Ativo Permanente (CIAP) decorrente das aquisições de bens destinados à prestação de serviços pela Companhia, registrado com base na Lei Complementar nº. 102, de 11 de julho de 2000, no montante de R\$ 118.397 (R\$ 97.478 em 31 de dezembro de 2011).

b.2) Diversos créditos de ICMS a recuperar, no montante de R\$ 9.823 (R\$ 2.303 em 31 de dezembro de 2011).

(c) PIS e COFINS a compensar decorrente do regime de apuração não-cumulativo estabelecido pelas Leis 10.637/02 e 10.833/03, respectivamente.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (d) Crédito decorrente do pagamento de parcelas adicionais a título de Recuperação Fiscal (REFIS), em virtude da existência de uma diferença entre o valor do débito parcelado consolidado e o declarado pela Companhia, derivado de multas moratórias calculadas sobre o IRPJ, CSLL e FINSOCIAL. A Companhia impetrou Agravo de Instrumento e obteve a suspensão da exigibilidade do débito tributário. Caso a decisão do mérito da demanda judicial seja favorável, a Companhia procederá à compensação do valor pago a maior. Vide nota explicativa nº. 21 – Provisões.

8 SERVIÇOS EM CURSO

	31/12/12	31/12/11
Serviço próprio	5.898	15.970
Serviços prestados a terceiros	37.928	28.988
Total	<u>43.826</u>	<u>44.958</u>

As Ordens de Serviço em Curso representam um processo de registro, acompanhamento e controle de valores, que será utilizado para apuração de custos referentes aos serviços executados para terceiros ou para a própria concessionária e permissionária. Quando da conclusão dos serviços esses custos serão transferidos para outras contas patrimoniais e/ou de resultado a depender da natureza do serviço.

9 TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES DIFERIDOS

A composição dos tributos e contribuições diferidos é a seguinte:

	Ref.	31/12/12	31/12/11
Imposto de renda e contribuição social	(a)	<u>(12.649)</u>	<u>(9.514)</u>
Diferido ativo		101.004	74.753
Diferido passivo		(113.653)	(84.267)
Benefício fiscal do ágio e reversão PMIPL	(b)	<u>190.368</u>	<u>208.586</u>
Total		<u>177.719</u>	<u>199.072</u>
Não circulante		177.719	199.072

(a) Imposto de renda e contribuição social diferido

A Companhia registrou os tributos e contribuições sociais diferidos sobre as diferenças temporárias, cujos efeitos financeiros ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem as bases de cálculos. O IR é calculado à alíquota de 15%, considerando o adicional de 10%, e a CSLL está constituída a alíquota de 9%. No quadro a seguir, estão demonstrados os tributos e contribuições sociais diferidos pelo líquido, conforme CPC 32:

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Passivo (-)			
	31/12/12		31/12/11	
	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido
Imposto de renda				
Diferenças temporárias	(21.042)	(5.223)	(26.520)	(6.593)
Contribuição Social				
Diferenças temporárias	(82.513)	(7.426)	(32.454)	(2.921)
Total		<u>(12.649)</u>		<u>(9.514)</u>

A base de cálculo das diferenças temporárias é composta como segue:

Ativo	31/12/12		31/12/11	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	32.829	32.829	61.338	61.338
Provisão desvalorização de ativos financeiros	5.000	5.000	5.000	5.000
Provisão para contingências	147.244	147.244	127.763	127.763
Provisão PLR	15.640	15.640	2.560	2.560
Incentivo fiscal Sudene	62.113	-	6.575	-
Ajustes RTT				
Déficit plano previdenciário	1.996	1.996	1.996	1.996
Ativos e passivos regulatórios	15.576	15.576	-	-
Outros	33.607	33.607	16.794	16.794
Total Ativo	<u>314.005</u>	<u>251.892</u>	<u>222.026</u>	<u>215.451</u>
Passivo (-)				
Precatório Finsocial/PAES	(4.154)	(4.154)	(8.122)	(8.122)
Ajustes RTT	-	-		
Fair Value de Derivativos	(9.171)	(9.171)	(1.647)	(1.647)
Diferença entre o valor justo do ano corrente e o valor justo na adoção inicial	(178.927)	(178.285)	(72.995)	(72.355)
Ajuste da quota anual de amortização	(20.234)	(20.234)	(17.262)	(17.262)
Capitalização/(amortização) de juros de acordo com o IFRS	(65.947)	(65.947)	(71.833)	(71.833)
Déficit plano previdenciário	(308)	(308)	(308)	(308)
Superávit plano previdenciário	(33.842)	(33.842)	(44.865)	(44.865)
Ativos e passivos regulatórios	(13.119)	(13.119)	(17.532)	(17.532)
Custo de captação	(9.345)	(9.345)	(13.982)	(13.981)
Total Passivo	<u>(335.047)</u>	<u>(334.405)</u>	<u>(248.546)</u>	<u>(247.905)</u>
Total Líquido	<u>(21.042)</u>	<u>(82.513)</u>	<u>(26.520)</u>	<u>(32.454)</u>

Estudos técnicos de viabilidade aprovados pelo Conselho de Administração e apreciados pelo Conselho Fiscal da Companhia, indicam a plena capacidade de recuperação, nos exercícios subsequentes, dos valores de impostos diferidos reconhecidos e correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura da Companhia e do mercado em que a mesma opera, conforme deliberação CVM nº. 371.

Como a base tributável do IR e da CSLL decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de IR e CSLL. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

A seguir é apresentada reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ref.	31/12/12		31/12/11	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	934.701	934.701	867.503	867.503
Amortização do ágio e reversão da PMIPL	(18.218)	(18.218)	(18.884)	(18.884)
Ajustes decorrentes do RTT	190	190	(8.844)	(8.844)
Juros sobre capital próprio	(113.167)	(113.167)	(113.366)	(113.366)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social após ajuste RTT	803.506	803.506	726.409	726.409
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	200.877	72.316	181.602	65.377
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:				
(+) Adições				
Juros sobre obras em andamento - JOA	-	17	-	15
Contribuições e doações	361	130	185	67
Multas indedutíveis	6.442	2.320	464	167
Depreciação veículos executivos	50	18	87	31
Participação no resultado	-	-	146	-
Outras adições	436	199	8.414	1.457
	7.289	2.684	9.296	1.737
(-) Exclusões				
Reversão da PMIPL	(8.841)	(3.183)	(9.164)	(3.299)
Incentivo fiscal SUDENE	(141.100)	-	(143.064)	-
Incentivos audiovisual/rouanet e PAT	(5.173)	-	(5.739)	-
	(155.114)	(3.183)	(157.967)	(3.299)
Imposto de renda e contribuição social no período	53.052	71.817	32.931	63.815
Diferido de diferença temporária de RTT	(13.883)	-	576	807
Imposto de renda e contribuição social no resultado	39.169	71.817	33.507	64.622
Corrente	40.652	67.352	50.829	70.265
Recolhidos e pagos	36.041	53.461	18.011	25.844
Compensados e deduzidos	6.280	16.106	28.110	44.739
Impostos antecipados a recuperar	(1.669)	(2.215)	4.708	(318)
Diferido	(1.483)	4.465	(17.322)	(5.643)
	39.169	71.817	33.507	64.622

Regime tributário de transição

A Medida Provisória 449/2008, de 03 de dezembro de 2008, convertida na Lei 11.941/09, instituiu o RTT - Regime Tributário de Transição, que tem como objetivo neutralizar os impactos dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei 11.638/07, na apuração das bases de cálculos de tributos federais.

A aplicação do RTT foi opcional para os anos de 2008 e 2009 e obrigatória a partir de 2010 para as pessoas jurídicas sujeitas ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) de acordo com a sistemática de lucro real ou de lucro presumido.

A Companhia efetuou sua opção pela adoção do RTT na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica de 2009, (DIPJ) ano-calendário 2008 e adicionalmente em 30 de novembro de 2009 efetuou a elaboração do Controle Fiscal Contábil de Transição (FCONT) criado pela Instrução Normativa 949/2009 da Receita Federal do Brasil.

Foram excluídos na apuração das bases de cálculos dos tributos federais da Companhia, conforme determinado no RTT, os ajustes contábeis decorrentes da aplicação dos CPC's: Estrutura Conceitual Básica (Reconhecimento de ativos e passivos regulatórios), 04 (Ativo Intangível), 08 (Custo de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários), 20 (R1) (Custos de Empréstimos), 33 (Benefícios a Empregados), 38 (Instrumentos Financeiros) e ICPC 01 (R1) (Contratos de Concessão).

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Benefício Fiscal – Ágio Incorporado da Controladora

O benefício fiscal do ágio incorporado refere-se ao crédito fiscal calculado sobre o ágio de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nºs 319/99 e 349/01.

Os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais da Companhia apresentam contas específicas relacionadas com ágio incorporado, provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido e amortização, reversão e crédito fiscal correspondentes, cujos saldos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 são como segue:

Benefício fiscal	383.135
Amortização acumulada	(513.379)
Reversão acumulada	338.830
Saldos em 31 de dezembro de 2011	208.586
Amortização	(53.582)
Reversão	35.364
Saldos em 31 de dezembro de 2012	190.368
Ativo Não Circulante	190.368

O ágio fiscal está sendo amortizado pelo período remanescente de exploração da concessão, desde junho de 2000, em 319 parcelas mensais e segundo a projeção anual de rentabilidade futura, como determina a Resolução ANEEL nº 195, de 07 de junho de 2000 e o Despacho nº 2.250, de 20 de dezembro de 2005 conforme curva abaixo:

Ano	Fatores	Ano	Fatores	Ano	Fatores	Ano	Fatores
2012	0,04750	2016	0,04180	2020	0,03480	2024	0,02820
2013	0,04420	2017	0,04010	2021	0,03280	2025	0,02680
2014	0,04350	2018	0,03790	2022	0,03130	2026	0,02540
2015	0,04340	2019	0,03680	2023	0,02970		

10 OUTROS ATIVOS

	Ref.	31/12/12	31/12/11
Adiantamentos a empregados		4.602	459
Adiantamentos a fornecedores		7.662	1.042
Serviços prestados a terceiros		1.694	787
Alienações em curso		59	-
Precatório - Finsocial/PAES	(a)	4.154	8.122
Dispêndios a reembolsar em curso	(b)	6.640	9.886
Cobrança extra judicial		665	834
Uso mútuo de postes		4.344	4.848
Sub-rogação CCC		1.651	1.720
Outros créditos a receber		2.775	3.077
Total		34.246	30.775
Circulante		31.391	22.700
Não circulante		2.855	8.075

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Precatórios Federais expedidos em julho de 2003, no valor de R\$ 18.776, em favor da Companhia, com expectativa de realização do saldo em 10 (dez) prestações anuais, iguais e sucessivas, com acréscimo de juros legais, já tendo sido liberadas as oito primeiras parcelas anuais.

(b) Referem-se a gastos efetuados em obras de construção/instalação do padrão de entrada e do kit de baixa renda do Programa Luz para Todos, a serem reembolsados através de subvenções de recursos do Governo Federal.

11 DEPÓSITOS JUDICIAIS

Estão classificados neste grupo os depósitos judiciais recursais à disposição do juízo para permitir a interposição de recurso, nos termos da lei.

	Ref.	31/12/12	31/12/11
Trabalhistas		97.212	77.402
Cíveis		52.262	31.121
Fiscais:		30.594	28.767
PIS / COFINS		12.416	11.856
Incentivo fiscal SUDENE	(a)	7.928	7.329
Impostos municipais	(b)	2.237	2.174
ICMS	(c)	5.882	5.717
INSS		666	654
Outros		1.465	1.037
Outros		3.680	2.519
Total		183.748	139.809

- a) Em virtude da desistência do processo judicial impetrado contra a Receita Federal que questionava a falta de exclusão da provisão para a manutenção da integridade do PL do cálculo do lucro da exploração, os depósitos judiciais realizados tornaram-se disponíveis para levantamento pela União. O saldo residual contabilizado corresponde aos depósitos feitos em duplicidade em decorrência da notificação feita pela Receita Federal através de carta cobrança, os quais estão sendo questionados judicialmente.
- b) Depósitos realizados frente à necessidade de garantir apresentação dos devidos embargos à execução de processos referentes a autos de infração referentes à substituição tributária de ISS, remoção de galhos em domínio público, IPTU, TLF.
- c) Depósito judicial realizado com a finalidade de suspender o débito referente a auto de infração que questiona o crédito indevido de ICMS sobre aquisições de ativos imobilizados.

Os depósitos judiciais são atualizados mensalmente, pelos índices aplicáveis para a atualização das cadernetas de poupança (TR), nos casos de depósitos de natureza cível e trabalhista e para a atualização dos valores relativos a débitos tributários (Taxa SELIC) para os depósitos de natureza fiscal/tributária.

12 CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO FINANCEIRO)

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica nº 10, de 07 de agosto de 1997 e aditivos posteriores, celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Concessionária - Operador) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela Companhia, onde:

- ✓ O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;
- ✓ O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infra-estrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;
- ✓ Ao final da concessão os ativos vinculados à infra-estrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- ✓ O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contrato de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

- (a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e
- (b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores (vide nota explicativa nº 12).

A infra-estrutura recebida ou construída da atividade de distribuição que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado e intangível da Companhia é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

A movimentação dos saldos referentes à Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro) está assim apresentada:

	<u>Ref.</u>	
Saldos em 31 de dezembro de 2011		659.635
Baixas		(584)
Transferências	(a)	948.505
Atualização monetária / valor justo		<u>105.930</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2012		<u><u>1.713.486</u></u>

(a) Transferência do Intangível devido a remensuração da infraestrutura da concessão, em decorrência das novas taxas de depreciação para os ativos em serviço outorgados no setor elétrico, conforme Resolução Normativa ANEEL nº 474/12 (vide comentários nota 12) no montante de R\$ 515.400 e transferência do intangível pelo processo de novos ativos incorporados no montante de R\$ 433.105.

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. A concessão outorgada tem prazo de vigência de 30 anos, encerrando-se em agosto de 2027. O contrato de concessão prevê a possibilidade de prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária.

Em caso de extinção da concessão pelo advento do termo final do contrato ou outra das hipóteses que prevê, operar-se-á, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

13 INTANGÍVEL

Por natureza, o intangível está constituído da seguinte forma:

	<u>31/12/2012</u>				<u>31/12/11</u>
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido
Em serviço					
Direito de uso da concessão	3,97	4.025.807	(1.181.223)	(290.194)	2.554.390
Em curso					
Direito de uso da concessão		659.738	-	31.513	691.251
Total		<u><u>4.685.545</u></u>	<u><u>(1.181.223)</u></u>	<u><u>(258.681)</u></u>	<u><u>3.245.641</u></u>
					<u><u>3.280.862</u></u>

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação do saldo do intangível está demonstrada a seguir:

	Em serviço				Em curso			Total
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	
Saldos em 31 de dezembro de 2010	3.249.615	(551.588)	(341.534)	2.356.493	388.943	(774)	388.169	2.744.662
Adições	-	-	-	-	1.046.577	(107.327)	939.250	939.250
Baixas	(2.872)	-	-	(2.872)	(2.037)	-	(2.037)	(4.909)
Amortizações	-	(344.933)	101.305	(243.628)	-	-	-	(243.628)
Transferências - Intangíveis	627.174	-	(145.085)	482.089	(627.174)	145.085	(482.089)	-
Transferências - Ativos financeiros	-	-	-	-	(202.018)	28.749	(173.269)	(173.269)
Transferências - Outros	-	-	694	694	(3.548)	21.610	18.062	18.756
Saldos em 31 de dezembro de 2011	3.873.917	(896.521)	(384.620)	2.592.776	600.743	87.343	688.086	3.280.862
Adições	-	-	-	-	1.406.501	(237.928)	1.168.573	1.168.573
Baixas	(54.681)	47.863	-	(6.818)	(7.666)	-	(7.666)	(14.484)
Amortizações	-	(332.565)	85.307	(247.258)	-	-	-	(247.258)
Transferências - Intangíveis	813.753	-	(83.061)	730.692	(813.753)	83.061	(730.692)	-
Transferências - Ativos financeiros	(607.182)	-	91.782	(515.400)	(520.931)	87.826	(433.105)	(948.505)
Transferências - Outros	-	-	398	398	(5.156)	11.211	6.055	6.453
Saldos em 31 de dezembro de 2012	4.025.807	(1.181.223)	(290.194)	2.554.390	659.738	31.513	691.251	3.245.641

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infra-estrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infra-estrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro). (Vide nota explicativa nº 12).

A Resolução Normativa ANEEL nº 474 de 07/02/2012 estabeleceu novas taxas de depreciação para os ativos em serviço outorgado no setor elétrico, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2012, determinando alteração na vida útil-econômica dos bens integrantes da infra-estrutura de distribuição.

Anteriormente à edição da Resolução ANEEL 474, a vida útil média do conjunto de ativos da Companhia era em torno de 22 anos, variando entre 21 e 24 anos. Com a implementação da Resolução ANEEL 474, a vida útil desses ativos passou a se situar entre 25 e 28 anos, com média de 26 anos, o que corresponde ao acréscimo de 4 anos em relação à vida útil econômica média anterior.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Considerando esse aumento da vida útil, houve uma diminuição da amortização e um aumento da parcela residual da infra-estrutura que a Companhia espera receber como indenização ao final do período da Concessão. Como consequência, após análise dos aspectos econômicos, regulatórios e o melhor entendimento técnico-contábil, foi efetuada uma redistribuição da infra-estrutura que é classificada no ativo intangível e no ativo financeiro, sem alterar os demais procedimentos contábeis decorrentes da adoção do IFRIC 12/OCPC 5 – Contratos de Concessão.

Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infra-estrutura, usando-se uma taxa média, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica.

Ao final da concessão o valor residual das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro de indenização.

14 FORNECEDORES

A composição dos saldos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é como segue:

Fornecedores	31/12/12	31/12/11
Energia elétrica:	321.656	220.632
Terceiros	275.726	176.539
Partes relacionadas	45.930	44.093
Encargos de uso da rede	31.019	26.239
Terceiros	28.968	24.165
Partes relacionadas	2.051	2.074
Materiais e serviços	152.025	148.459
Terceiros	151.609	147.878
Partes relacionadas	416	581
Energia livre	27.397	25.397
Total	532.097	420.727
Circulante	504.700	395.330
Não circulante	27.397	25.397

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os montantes classificados no não circulante referem-se a valores remanescentes de energia livre, fixados pela ANEEL através do Despacho nº. 2517/2010, a serem repassados pelas distribuidoras às geradoras, e que estão sendo contestados pelos concessionários de distribuição, representados pela ABRADDEE, os quais impetraram Mandado de Segurança Coletivo com pedido de liminar (Processo nº 437399120104013400/DF), requerendo o reconhecimento da ilegalidade do ato e a anulação do despacho. Em 28 de setembro de 2010 obteve-se o deferimento da antecipação da tutela recursal e em 22 de novembro de 2010 a liminar foi deferida.

15 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As obrigações por empréstimos e financiamentos são representadas como segue:

Composição da dívida	Ref.	Taxa Efetiva	Encargos		Principal		Total	
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	31/12/12	31/12/11
Moeda nacional								
BNB		10,00% a.a. a 13,20% a.a.	1.668	-	65.864	271.489	339.021	389.340
(-) Custos de transação			-	-	(909)	(1.766)	(2.675)	(3.752)
			1.668	-	64.955	269.723	336.346	385.588
BNDES FINEM	(a.1)	TJLP+ 3,20% a.a. /8,06% a.a.	2.355	-	120.422	619.001	741.778	521.705
(-) Custos de transação			-	-	(26)	(15)	(41)	(81)
			2.355	-	120.396	618.986	741.737	521.624
ELETROBRÁS	(a.3)	5,00% a.a. a 5,45% a.a.	736	-	24.241	155.929	180.906	170.163
(-) Custos de transação			-	-	(230)	(1.020)	(1.250)	(636)
			736	-	24.011	154.909	179.656	169.527
FINEP	(a.2)	5,27% a.a. a 5,34%a.a.	114	-	9.644	40.182	49.940	51.497
(-) Custos de transação			-	-	(110)	(205)	(315)	(358)
			114	-	9.534	39.977	49.625	51.139
Banco do Brasil		13,55% a.a / 13,76% a.a.	6.430	35.580	-	408.111	450.121	536.072
(-) Custos de transação			-	-	(1.399)	(1.710)	(3.109)	(5.365)
Operações com swap			-	-	-	(14.757)	(14.757)	(6.014)
			6.430	35.580	(1.399)	391.644	432.255	524.693
BONDS BRL		12,19%a.a. a 12,28%a.a.	8.225	-	-	400.000	408.225	408.225
(-) Custos de transação			-	-	(865)	(2.012)	(2.877)	(3.627)
			8.225	-	(865)	397.988	405.348	404.598
Total moeda nacional			19.528	35.580	216.632	1.873.227	2.144.967	2.057.169
Moeda estrangeira								
Titulos Externos		Libor + 1,875% a.a	-	-	7.284	303.461	310.745	273.156
Operações com swap		106,75%, 107,25%, 101,61%, 101,72%, 103,27%, 100,40%, 102,87% do CDI	-	-	11.464	(38.953)	(27.489)	9.214
			-	-	18.748	264.508	283.256	282.370
Bank Of America		Libor 3M + 1,7% a.a.	388	-	7.932	392.932	401.252	-
Operações com swap		CDI + 0,552% a.a., CDI + 0,60% a.a. e CDI + 0,61% a.a.	-	-	20.327	(13.575)	6.752	-
			388	-	28.259	379.357	408.004	-
Banco Tokio	(a.4)	Libor 3M + 0,8% a.a.	54	-	1.098	94.708	95.860	-
Operações com swap		CDI + 0,60% a.a.	-	-	6.227	1.089	7.316	-
Total moeda estrangeira			442	-	54.332	739.662	794.436	282.370
(-) Depósitos em Garantias			-	-	-	(36.743)	(36.743)	(51.971)
Total			19.970	35.580	270.964	2.576.146	2.902.660	2.287.568

(a) Captações e renegociações de recursos no exercício:

a.1) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – A Companhia recebeu em 2012 o montante de R\$ 295.000 para financiamento dos investimentos realizados em 2011 e 2012, provenientes do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Limite de Crédito Rotativo nº 08.2.1089.1, assinado em março de 2009 e aditado em outubro de 2010, março, maio, novembro de 2011 e agosto de 2012.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a.2) Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP – A Companhia recebeu o montante de R\$ 7.036 para financiar o Projeto de Inovação, provenientes do Contrato de Financiamento assinado em outubro de 2009.

a.3) Eletrobrás – Em 2012 a Companhia assinou o Contrato de Financiamento nº ECFS – 324/2011 (7ª Tranche) para financiar parte dos investimentos realizados no âmbito do Programa Luz Para Todos, através da Reserva Global de Reversão – RGR. Em 2012 foi liberado o montante de R\$ 42.719.

a.4) Em dezembro de 2012, a Companhia realizou captações de recursos em moeda estrangeira com base na lei 4131, nos montantes de US\$ 200,000 junto ao Bank of América, N.A. e US\$ 50,000 junto ao Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, LTD., com vencimentos em 14 de junho de 2018, a serem amortizados em 3 parcelas semestrais a partir de 14 Junho de 2017, com custos de $\text{libor} + 1,70\% \text{ a.a}$ e $\text{libor} + 0,80\% \text{ a.a}$, respectivamente, a serem pagos trimestralmente. Em conexão com estas operações foram contratados swap de proteção cambial.

(b) Condições restritivas financeiras (covenants)

Os Títulos Externos, os empréstimos em moeda estrangeira com base na lei 4131: Bank of América, N.A. e Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, LTD. e BONDS contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros pré-estabelecidos, como segue:

Títulos Externos - Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3 e EBITDA/Resultado Financeiro maior ou igual a 2.

Empréstimos em moeda estrangeira, com base na lei 4131: Bank of América, N.A. e Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, LTD. – Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3 e EBITDA/Resultado Financeiro maior ou igual a 2.

BONDS BRL 2016 - Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3.

Nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia atingiu todos os índices requeridos contratualmente.

(c) Condições contratuais dos empréstimos da Companhia em 31 de dezembro de 2012:

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Fonte	Data de Assinatura	Moeda	Objetivo	Juros	Swap	Vencimento	Garantias
BNB IV	27/06/08	R\$	Investimentos nos sistemas de linhas e redes	10% a.a.	Não aplicável	2016	Centralização recebíveis, Fundo de Liquidez e Aval Neoenergia
BNB V	22/08/08	R\$	Melhoramento em Redes de Transmissão e Distribuição	10% a.a.	Não aplicável	2016	Centralização recebíveis, Fundo de Liquidez e Aval Neoenergia
BNDES/FINEM	16/03/09	R\$	Distribuição de Energia Elétrica	TJLP + 2,12% a.a./TJLP + 3,12% a.a./4,50% a.a.	Não aplicável	2015	Aval Neoenergia
ELETROBRÁS	1999 a 2012	R\$	Expansão das Linhas e Redes de Distribuição e Luz Para Todos	5% a.a.	Não aplicável	2022	Nota Promissória e Receita Própria
FINEP	14/10/09	R\$	Projeto de Inovação	TJLP + 5% a.a.	Não aplicável	2018	Aval Neoenergia
TÍTULOS EXTERNOS	30/06/10	US\$	Investimentos em Distribuição	Libor 6M + 1,875% a.a. + vc	106,75% / 107,25% / 101,61% / 101,72% / 103,27% / 110,40%/102,87% do CDI	2015	Sem garantia
BANCO DO BRASIL	23/03/10	R\$	Capital de giro	CDI + 1% aa	Não aplicável	2015	Sem garantia
BANCO DO BRASIL	06/05/10	R\$	Capital de giro	99,5% do CDI	99,5% do CDI	2014	Sem garantia
BNB	09/09/10	R\$	Ampliação e Modernização de Redes de Distribuição	10% a.a.	Não aplicável	2018	Centralização recebíveis, Fundo de Liquidez e Aval Neoenergia
BNY - BONDS BRL 2016	27/04/11	R\$	Reestruturação da Dívida	11,75% a.a.	Não aplicável	2016	Sem garantia
BANK OF AMERICA	13/11/2012, 16/11/2012 e 19/11/2012	US\$	Reforço de Caixa	Libor 3M + 1,70% a.a. + vc	CDI + 0,552% a.a., CDI + 0,60% a.a. e CDI + 0,61% a.a.	2018	Sem garantia
BANCO DE TOKYO	03/12/12	US\$	Reforço de Caixa	Libor 3M + 0,80% a.a. + vc	CDI + 0,60% a.a.	2018	Sem garantia

Para alguns financiamentos foram dadas garantias de receita própria, notas promissórias, aval do acionista controlador e aplicações financeiras vinculadas (contas reservas).

O total devido em moeda nacional e em moeda estrangeira da Companhia desdobra-se, da seguinte forma:

Moeda Nacional	31/12/12		31/12/11	
	R\$	%	R\$	%
Juros pré-fixados	1.069.107	49,8%	1.197.034	58,2%
TJLP	643.604	30,0%	435.721	21,2%
CDI	432.256	20,2%	424.414	20,6%
Total	2.144.967	100,0%	2.057.169	100,0%
Principal	2.089.859		2.002.775	
Encargos	55.108		54.394	

Moeda Estrangeira	31/12/12			31/12/11		
	Moeda de Origem	R\$	%	Moeda de Origem	R\$	%
Dólar norte americano	400.216	794.438	100,0%	150.533	282.370	100,0%
Principal		793.994			282.349	
Encargos		444			21	

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

Moeda / Indexador	Variação %	
	31/12/12	31/12/11
Dólar norte-americano	8,94	12,58
TJLP	5,75	6,00
CDI	8,41	11,59

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os vencimentos das parcelas a longo prazo são os seguintes:

	31/12/12			31/12/11		
	Dívida	Custos transação	Total líquido	Dívida	Custos transação	Total líquido
2013	-	-	-	189.194	(3.371)	185.823
2014	584.918	(3.288)	581.630	503.330	(3.128)	500.202
2015	635.552	(1.944)	633.608	562.849	(1.801)	561.048
2016	624.728	(808)	623.920	560.854	(700)	560.154
2017	513.973	(327)	513.646	125.407	(244)	125.163
Após 2017	296.025	(360)	295.665	94.310	(134)	94.176
Total Obrigações	2.655.196	(6.727)	2.648.469	2.035.944	(9.378)	2.026.566
(-) Depósitos em Garantias			(36.743)			(51.971)
Total			<u>2.611.726</u>			<u>1.974.595</u>

A mutação de empréstimos e financiamentos é a seguinte:

	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2010	156.153	998.894	48.879	248.484	1.452.410
Ingressos	-	975.123	-	-	975.123
Encargos	128.700	23.769	5.862	-	158.331
Variação monetária e cambial	-	-	193	31.439	31.632
Swap	-	(757)	20.925	(22.061)	(1.893)
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	(37)	(5.299)	9.443	4.107
Transferências	253.652	(267.324)	17.182	(17.182)	(13.672)
Amortizações e pagamentos de juros	(263.688)	-	(55.495)	-	(319.183)
Mov. depósitos em Garantias	-	(767)	-	-	(767)
(-) Custos de transação	5.909	(4.429)	-	-	1.480
Saldos em 31 de dezembro de 2011	280.726	1.724.472	32.247	250.123	2.287.568
Ingressos	-	344.755	-	519.505	864.260
Encargos	171.898	14.687	8.337	-	194.922
Variação monetária e cambial	-	-	478	16.525	17.003
Swap	-	(4.683)	8.762	(7.476)	(3.397)
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	(46)	(354)	(6.732)	(7.132)
Transferências	214.347	(221.368)	32.283	(32.283)	(7.021)
Amortizações e pagamentos de juros	(435.344)	-	(26.979)	-	(462.323)
Mov. depósitos em Garantias	-	15.228	-	-	15.228
(-) Custos de transação	4.533	(981)	-	-	3.552
Saldos em 31 de dezembro de 2012	236.160	1.872.064	54.774	739.662	2.902.660

16 DEBÊNTURES

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

						31/12/12				31/12/11
						Encargos	Principal			
Debêntures*	Série	Quantidade de títulos emitidos	Remuneração	Taxa efetiva	Swap	Circulante	Circulante	Não Circulante	Total	Total
3ª Emissão	Única	3.000	V.C. + 10,8% a.a.	10,80%		553	6.431	5.611	12.595	17.470
(-) Custos de transação						-	-	-	-	-
Operações com swap					IGPM+13,95	-	16.348	14.371	30.719	40.398
						553	22.779	19.982	43.314	57.868
6ª Emissão	Única	35.392	CDI + 0,6% a.a.	11,52%		916	78.642	78.677	158.235	238.116
(-) Custos de transação						-	(233)	(93)	(326)	(705)
						916	78.409	78.584	157.909	237.411
7ª Emissão	Única	80	106,70% CDI	12,90%		3.313	80.000	-	83.313	80.280
(-) Custos de transação						-	(3)	-	(3)	(95)
						3.313	79.997	-	83.310	80.185
Total						4.782	181.185	98.566	284.533	375.464

(*) Debêntures simples, não conversíveis em ações.

(a) Condições restritivas financeiras (covenants):

As escrituras de emissões das debêntures prevêm a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros pré estabelecidos, como segue: Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3 e EBITDA/Resultado Financeiro maior ou igual a 2.

Nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia atingiu todos os índices requeridos contratualmente.

(b) Garantias:

Para a 3ª. Emissão de debêntures foi dada garantia de receita própria e aval do acionista controlador.

Os vencimentos das parcelas a longo prazo são os seguintes:

	31/12/12			31/12/11		
	Debêntures	Custos transação	Total líquido	Debêntures	Custos transação	Total líquido
2013	-	-	-	177.389	(236)	177.153
2014	98.659	(93)	98.566	95.472	(93)	95.379
Total	98.659	(93)	98.566	272.861	(329)	272.532

A mutação das debêntures é a seguinte:

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	215.387	363.077	578.464
Encargos	50.592	-	50.592
Variação monetária e cambial	4.489	1.275	5.764
Swap	2.722	4.586	7.308
Efeito cumulativo marcação a mercado	(135)	(201)	(336)
Transferências	95.954	(95.954)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(267.135)	-	(267.135)
(-) Custos de transação	1.058	(251)	807
Saldos em 31 de dezembro de 2011	102.932	272.532	375.464
Encargos	27.313	-	27.313
Variação monetária e cambial	467	107	574
Swap	3.299	3.392	6.691
Efeito cumulativo marcação a mercado	(484)	92	(392)
Transferências	177.557	(177.557)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(125.589)	-	(125.589)
(-) Custos de transação	472	-	472
Saldos em 31 de dezembro de 2012	185.967	98.566	284.533

17 SALÁRIOS E ENCARGOS A PAGAR

	31/12/12	31/12/11
Salários	3.179	5.384
Encargos sociais	7.638	6.619
Provisões férias e 13º salário	18.310	15.883
Encargos sobre provisões de férias e 13º salário	3.400	2.745
Provisão PLR	15.641	2.560
Outros	227	135
Total	48.395	33.326

18 TAXAS REGULAMENTARES

	Ref.	31/12/12	31/12/11
Reserva Global de Reversão – RGR		-	17.006
Conta de Consumo de Combustível – CCC		8.740	16.255
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		3.162	2.850
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT		1.842	1.519
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(a)	35.898	34.160
Programa de Eficientização Energética - PEE	(a)	7.330	10.431
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE		760	760
Encargo do Consumidor - Tesouro Nacional		2.190	1.779
Ministério de Minas e Energia - MME		355	260
Total		60.277	85.020
Circulante		59.199	54.233
Não circulante		1.078	30.787

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (a) A Medida Provisória nº 579, de 12 de setembro de 2012, posteriormente convertida em Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, Art. 21, desobriga as distribuidoras, a partir de 1º de janeiro de 2013, do recolhimento da quota anual da RGR. Por sua vez, o Despacho nº 34, de 10 de janeiro de 2013 revoga os Despachos que fixaram as quotas mensais de RGR do exercício de 2012, especificamente no que diz respeito às quotas que deveriam ser cobradas a partir de 15 de janeiro de 2013, com vistas à redução das tarifas aos consumidores finais de energia elétrica.
- (b) A Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), líquido dos valores aplicados nos Programas de Eficientização Energética – PEE e Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na Taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL nºs 300/2008, 316/2008 e 504/2012.

19 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	31/12/12	31/12/11
Circulante		
Imposto de renda - IR	4.891	3.712
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	49.171	72.810
Programa de integração social - PIS	8.564	7.289
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	38.662	32.844
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	9.810	6.928
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	1.053	1.116
Imposto sobre serviços - ISS	4.403	4.481
Outros	8.664	3.723
	<u>125.218</u>	<u>132.903</u>
Não circulante		
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	3.854	2.361
Programa de integração social - PIS	309	292
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	435	415
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	-	115
	<u>4.598</u>	<u>3.183</u>
Total	<u><u>129.816</u></u>	<u><u>136.086</u></u>

20 DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

O Conselho de Administração e/ou Assembléia de Acionistas da Companhia aprovaram a declaração de dividendos propostos e juros sobre capital próprio:

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Deliberação	Provento	Valor deliberado	Valor por ação		
			ON	PNA	PNB
<u>2012</u>					
AGOE de 18 de abril de 2012	Dividendos	219.021	1,1283426	1,1283426	1,2411769
AGOE de 18 de abril de 2012	Dividendos - Reserva	65.069	0,3352206	0,3352206	0,3687427
RCA de 28 de dezembro de 2012	JSCP	113.167	0,5830061	0,5830061	0,6413067
Estatuto da Companhia - Capítulo VI (Art. 37)	Complemento Dividendos Mínimos Obrigatórios	52.933	0,2726962	0,2726962	0,2999658
		<u>450.190</u>			
<u>2011</u>					
RCA de 31 de março de 2011	JSCP	28.341	0,1460057	0,1460057	0,1606063
AGO de 27 de abril de 2011	Dividendos	469.099	2,4166742	2,4166742	2,6583417
RCA de 30 de Junho de 2011	JSCP	28.342	0,1460108	0,1460108	0,1606119
RCA de 29 de agosto de 2011	Dividendos Intermediários	275.043	0,1416952	0,1416952	0,1558648
RCA de 30 de setembro de 2011	JSCP	28.342	0,1460108	0,1460108	0,1606119
RCA de 29 de dezembro de 2011	JSCP	28.341	0,1460057	0,1460057	0,1606063
		<u>857.508</u>			

O pagamento dos juros sobre o capital próprio está sendo considerado no cômputo do dividendo mínimo obrigatório.

O artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, permite a dedutibilidade, para fins de imposto de renda e da contribuição social, dos juros sobre o capital próprio pagos aos acionistas, calculados com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP.

De acordo com o previsto no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária. As ações preferenciais classe "B" terão direito ao recebimento de dividendos no mínimo 10% superiores àqueles atribuídos às ações ordinárias.

A base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios é como segue:

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
<u>Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido</u>		
Ações ordinárias	87.034	85.512
Ações preferenciais classe "A"	15.573	15.300
Ações preferenciais classe "B"	51.954	51.045
Total	<u>154.561</u>	<u>151.857</u>
<u>Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido ajustado</u>		
Lucro líquido do exercício	805.497	750.490
Incentivo fiscal SUDENE	(141.100)	(143.060)
Absorção de prejuízo acumulado	-	-
Amortização do ágio incorporado	53.582	55.540
Reversão da provisão para manutenção do patrimônio líquido	(35.364)	(36.657)
Benefício fiscal da amortização do ágio incorporado	(18.218)	(18.884)
Base de cálculo do dividendo	<u>664.397</u>	<u>607.429</u>
<u>Dividendos mínimos obrigatórios</u>	<u>166.099</u>	<u>151.857</u>
<u>Dividendos e juros sobre capital próprio pagos e propostos:</u>		
Dividendos intermediários	-	275.043
Juros sobre capital próprio - R\$ 0,583006059 por ação ON, R\$ 0,583006059 por ação PNA e R\$ 0,641306665 por ação PNB	113.167	113.366
Total Bruto	<u>113.167</u>	<u>388.409</u>
Imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio 15%(*).	<u>(1.548)</u>	<u>(1.552)</u>

(*) Na parcela de acionistas imunes não ocorre a incidência de imposto de renda.

A movimentação dos saldos de dividendos e JSPC a pagar, é como segue:

Saldos em 31 de dezembro de 2011	31.247
Dividendos e juros sobre o capital próprio:	
Declarados	397.257
Propostos	52.933
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	(1.548)
Pagos no período	(311.866)
Prescritos	(428)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>167.595</u>

21 PROVISÕES

As provisões constituídas para contingências passivas, no montante de R\$ 23.899, classificadas no passivo circulante (R\$ 18.403 em 31 de dezembro de 2011) e R\$ 140.824 no não circulante (R\$ 109.361 em 31 de dezembro de 2011) estão compostas como segue:

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Contingências				Total
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	
Saldos em 31 de dezembro de 2011	73.993	43.950	9.821	-	127.764
Constituição	34.526	20.883	979	17.479	73.867
Baixas/reversão	(39.674)	(25.183)	-	-	(64.857)
Atualização	18.754	8.264	623	308	27.949
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>87.599</u>	<u>47.914</u>	<u>11.423</u>	<u>17.787</u>	<u>164.723</u>

A Administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

Trabalhistas

Referem-se às ações movidas por ex-empregados contra a Companhia, envolvendo cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras e também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

	Valor atualizado	Instância	Expectativa de perda	Valor provisionado	
				31/12/12	31/12/11
Ex-empregados da Companhia	49.241	1ª, 2ª e 3ª	Provável	49.241	40.610
	212.397	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	56.081	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Ex-empregados de Empreiteiras	32.338	1ª, 2ª e 3ª	Provável	32.338	28.723
	170.662	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	52.778	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Empregados	6.020	1ª, 2ª e 3ª	Provável	6.020	4.660
	51.777	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	19.163	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total	<u>650.457</u>			<u>87.599</u>	<u>73.993</u>

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da Taxa Referencial (TR) índice de atualização de processos trabalhistas divulgado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, acrescidos de juros de 1% a.m.

Cíveis

Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais e/ou danos morais.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Ref.	Valor atualizado	Instância	Expectativa de perda	Valor provisionado	
					31/12/12	31/12/11
Clientes – Tarifas Plano Cruzado	(1)	11.192	1ª, 2ª e 3ª	Provável	11.192	10.836
Indenização por perdas	(2)	35.623	1ª, 2ª e 3ª	Provável	35.623	30.593
		494.846	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		10.706	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Acidente terceiros/trabalho		344	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Comerc. energia e produtos	(3)	3	1ª, 2ª e 3ª	Provável	3	-
		16.179	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		14.711	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Irregularidade de consumo	(3)	826	1ª, 2ª e 3ª	Provável	826	612
		48.385	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		2.277	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Empréstimo compulsório		4.096	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Societário Ações		-	1ª, 2ª e 3ª	Provável	-	1.742
Racionamento de Energia Elétrica		-	1ª, 2ª e 3ª	Provável	-	2
		74	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Outras		270	1ª, 2ª e 3ª	Provável	270	165
		3.428	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		336	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total		<u>643.296</u>			<u>47.914</u>	<u>43.950</u>

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC, acrescidos de juros de 1% a.m.

(1) Clientes – Plano Cruzado – Ações movidas por alguns consumidores industriais e comerciais questionando a legalidade da majoração da tarifa de energia elétrica ocorrida na vigência do Plano Cruzado, conforme portarias nº. 38 e 45 do DNAEE, de 27 de janeiro e de 4 de março, ambas de 1986, e pleiteando a restituição de valores envolvidos.

(2) Indenização por Perdas – Ações movidas por pessoas físicas e jurídicas, nas quais a Companhia figura como ré, e que tem por objeto indenizações por morte, por danos materiais, danos morais e danos elétricos.

(3) Outras – Diversas ações movidas por pessoas físicas e jurídicas envolvendo repetição de indébito, revisão de débito de consumo medido e não medido (irregularidade de consumo), cancelamento de débito, restabelecimento do fornecimento de energia elétrica, anulação de dívida, litígios com agentes arrecadadores de contas de energia elétrica, demanda relativa à multa contratual com fornecedores de energia elétrica e serviços e outros.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Fiscais

Referem-se às ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal.

	Ref.	Valor atualizado	Instância	Expectativa de perda	Valor provisionado	
					31/12/12	31/12/11
ICMS	(1)	145 104.574	1ª, 2ª e 3ª 1ª, 2ª e 3ª	Provável Possível	145 -	136 -
ISS	(2)	2.177 18.638 626	1ª, 2ª e 3ª 1ª, 2ª e 3ª 1ª, 2ª e 3ª	Provável Possível Remota	2.177 - -	2.049 - -
CPMF		4.864	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
CSLL	(3)	11.071	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
TLF/IPTU	(4)	4 1.138 1.400	1ª, 2ª e 3ª 1ª, 2ª e 3ª 1ª, 2ª e 3ª	Provável Possível Remota	4 - -	3 - -
REFIS	(5)	18.231	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
PIS/COFINS	(6)	64.589	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
COFINS	(7)	5.591 17.738	1ª, 2ª e 3ª 1ª, 2ª e 3ª	Possível Remota	- -	- -
IRPJ	(8)	422.145	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
INSS	(9)	5.090	1ª, 2ª e 3ª	Provável	5.090	4.789
ITD S/DOAÇÕES RECEBIDAS	(10)	2.380 279	1ª, 2ª e 3ª 1ª, 2ª e 3ª	Possível Remota	- -	- -
CIDE	(11)	5.113	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Taxas Diversas		1.874	Administrativa	Possível	-	-
Incentivo Fiscal SUDENE	(12)	4.853	Judicial	Possível	-	-
Outras		4.007 657	1ª, 2ª e 3ª 1ª, 2ª e 3ª	Provável Possível	4.007 -	2.844 -
Total		<u>697.183</u>			<u>11.423</u>	<u>9.821</u>

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.

(1) ICMS

(1.1) Auto de Infração lavrado pela Secretaria Estadual da Fazenda questionando o aproveitamento de créditos do ICMS decorrentes da aquisição de bens utilizados na atividade da Companhia, à luz do que dispõe o Regulamento do ICMS/BA. A Companhia não concorda com a autuação imposta pelo Fisco estadual por entender que a utilização dos referidos créditos está em sintonia com as disposições contidas na Lei Complementar 87/96. Para tanto, a Companhia tem utilizado os meios de defesa necessários para anular o lançamento de ofício. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como provável.

(1.2) Auto de Infração que realizou a glosa do crédito do ICMS aproveitado em decorrência da aquisição de bens de informática e móveis destinados ao ativo permanente. A Companhia entende que o crédito é legítimo, por isso, mantém impugnação na esfera administrativa. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

(1.3) Auto de Infração lavrado contra a Companhia questionando a concessão da redução da base de cálculo do ICMS aos consumidores tipificados no artigo 80, incisos I, II e III do RICMS/BA. A Companhia interpôs impugnação administrativa ao lançamento de ofício, argumentando que a definição das classes de consumo dos consumidores segue as determinações da legislação regulatória e que tais procedimentos já foram ratificados pela própria SEFAZ/BA, mediante soluções de consulta acerca do objeto da autuação. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

(1.4) Auto de Infração lavrado pela SEFAZ/BA arguindo supostas divergências entre o imposto declarado no arquivo do Convênio CONFAZ nº115/03 e o valor recolhido informado no demonstrativo de apuração do ICMS. A Companhia protocolou defesa administrativa argumentando a inexistência de recolhimento a menor e apontando que as causas da divergência residem no próprio layout do programa gerador do Convênio 115/03, que não captura todas as operações realizadas pela Companhia. Nos autos da impugnação administrativa foram juntadas todas as comprovações que afastam quaisquer dúvidas quanto à integridade dos recolhimentos do ICMS realizados pela Companhia. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

(2) ISS - Autos de infração lavrados por diversos municípios questionando o não recolhimento do ISS próprio e substituição tributária. A Companhia entende que as autuações não procedem, por isso, apresentou impugnação administrativa para anular os efeitos dos autos de infração. Apesar disso, a Companhia optou constituir provisão contábil para os casos carentes de jurisprudências convergentes à tese articulada na defesa.

(3) CSLL - Auto de infração lavrado pela Receita Federal questionando a exclusão da depreciação calculada sobre a correção monetária complementar (IPC/BTNF), na base de cálculo da CSLL. A Companhia interpôs impugnação administrativa defendendo a correção do procedimento adotado. Neste particular, as decisões judiciais proferidas têm sido favoráveis as contribuintes.

(4) IPTU - Demandas em esfera administrativa envolvendo cobrança de IPTU nos municípios de Salvador e Itabuna. A Companhia optou constituir provisão contábil para os casos carentes de jurisprudências convergentes à tese articulada na defesa.

(5) Refere-se a divergência no valor consolidado dos débitos declarados no parcelamento alternativo REFIS integralmente quitado em 03/05/2006. No entanto, a Receita Federal alega que há saldo devedor em desfavor da Companhia. Objetivando evitar embaraços às suas atividades operacionais pelo cerceamento da concessão de certidões negativas, a Companhia utilizou os instrumentos judiciais cabíveis para suspender a exigibilidade do crédito tributário. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

(6) PIS/COFINS

(6.1) Auto de infração lavrado pela Receita Federal, arguindo ausência de recolhimento das contribuições para o PIS e COFINS sobre as receitas financeiras. A Companhia apresentou impugnação administrativa à referida cobrança e aguarda manifestação do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF. Ressalte-se que a incidência do PIS e da COFINS sobre receitas financeiras instituídas pela Lei 9718/98, foi objeto de declaração de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

(6.2) Indeferimento pela Receita Federal de pedidos de compensação de débitos fiscais com créditos de PIS e COFINS. A Companhia impetrou impugnação restabelecendo a suspensão da exigibilidade do crédito tributário. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

(7) COFINS

(7.1) Auto de Infração lavrado em agosto de 2003 arguindo que a Companhia não observou as formalidades legais para realizar a compensação de créditos. Não obstante, a Companhia interpôs defesa judicial para assegurar a legitimidade da compensação realizada. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

(7.2) Despacho Decisório considerando não declarada a PER/DCOMP que compensou a COFINS de novembro de 2011 com saldo negativo de IRPJ majorado após retificação da Declaração do Imposto de Renda. Tal fato decorre da retificação do montante do crédito ter sido feita após a homologação de PER/DCOMP que compensou o crédito original. A Companhia impetrou Manifestação de Inconformidade por entender que o crédito é legítimo e passível de compensação.

(8) IRPJ / CPLL / IRRF

(8.1) IRRF - Auto de infração motivado pela falta de retenção do IRRF incidente sobre o pagamento de juros sobre capital próprio. A Companhia interpôs impugnação administrativa sob o argumento que o procedimento adotado está lastreado nas disposições contidas no Parecer Normativo COSIT n. 01/2002.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(8.2) Auto de infração decorrente da não adição da despesa de amortização do ágio nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL. A Coelba apresentou impugnação, pois entende que esse ágio, por ser derivado da expectativa de rentabilidade futura, é dedutível na apuração desses tributos e acredita no êxito da ação. Desta forma, nenhuma provisão foi constituída.

(9) INSS - Notificações Fiscais de Lançamento de Débito – NFLD lavradas pelo INSS decorrentes do instituto da solidariedade fiscal na contratação de serviços. A Companhia apresentou impugnação argumentando que a imputação do débito ao contratante somente deve ocorrer após constatado a inadimplência do devedor principal. No entanto, foi constituída provisão contábil, pois a Companhia não dispõe das guias que comprovam o recolhimento das obrigações pelos prestadores dos serviços.

(10) ITD – Imposto sobre Transmissão “Causa Mortis” e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos – Autos de infração lavrados pela SEFAZ/BA cobrando o recolhimento do ITD sobre a transferência de ativos de particulares para a concessão. A Companhia protocolou impugnação administrativa juntando manifestação do Superior Tribunal de Justiça contrária à incidência do referido imposto sobre essas operações.

(11) CIDE - Auto de infração lavrado pela Receita Federal arguindo ausência de recolhimento da Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico – CIDE. A Companhia apresentou impugnação administrativa argumentando a inexistência de base legal na época em que ocorreram os fatos geradores. Processo encontra-se em curso no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

(12) Corresponde à cobrança pela Receita Federal da multa de ofício exigida no processo de Representação Fiscal decorrente da falta de exclusão da provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido no cálculo do lucro da exploração.

Regulatórias

Regulatório	Ref.	Valor atualizado	Instância	Expectativa de perda	Valor provisionado	
					31/12/12	31/12/11
Auto de Infração ANEEL	(1)	17.787	1ª, 2ª e 3ª	Provável	17.787	-
	(2)	9.506	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Total		<u>27.293</u>			<u>17.787</u>	<u>-</u>

(1) Termo de Notificação referente à fiscalização da coleta de dados e apuração dos indicadores de continuidade do fornecimento de energia elétrica, individuais e globais, de 2009 e 2010. A Companhia impetrou em 03/09/2012 com recurso administrativo na ANEEL.

(2) Termo de Notificação referente à troca do sistema comercial SAP/CCS e a cobrança, nesse período, aos consumidores de energia utilizando a média de consumo. A Companhia ingressou em 12/09/2011 com ação ordinária contra essa autuação.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22 OUTROS PASSIVOS

	Ref	31/12/12	31/12/11
Consumidores	(a)	33.558	41.996
Plano de saúde (fundo de reserva)	(b)	10.497	13.146
Contribuição para custeio do serviço de iluminação pública - COSIP		2.791	171
Convênios		209	147
Caução em garantia	(c)	76.763	46.704
FGTS Conta empresa		207	207
Encargos CBEE		108	167
Adiantamentos recebidos		23.977	23.362
Devolução recursos Eletrobrás	(d)	-	70.189
Outras		11.475	6.206
Total		<u>159.585</u>	<u>202.295</u>
Circulante		<u>113.920</u>	<u>178.277</u>
Não circulante		45.665	24.018

(a) Obrigações perante consumidores de energia elétrica decorrentes de antecipação de recursos para construção de obras em municípios ainda não universalizados, contas pagas em duplicidade, ajustes de faturamento e outros.

(b) Fundo de Reserva constituído por contribuições sob a forma de pré-pagamento para o Plano de Saúde Bradesco, por parte da Companhia e participantes (empregados ativos, empregados da FAELBA e assistidos – empregados inativos, aposentados e pensionistas), para atender as despesas com assistência médica (ambulatorial e hospitalar) e odontológica, de seus participantes (titulares e dependentes). O saldo é atualizado mensalmente pela variação de 100% do CDI.

(c) Garantia constituída em espécie para assegurar o cumprimento dos contratos, tanto no que diz respeito a suas cláusulas operacionais, como na obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços.

(d) Conforme estabelecido no Manual de Operacionalização Financeira do Programa Luz para Todos o resultado do processo de encerramento do crédito do Contrato ECFS-239/2008 e aditivo, aprovado pela Eletrobrás, MME e Coelba, resultou em saldo a ser devolvido, no montante de R\$ 70.189, a título de restituição de adiantamentos de recursos de RGR e CDE. Os recursos a serem devolvidos serão atualizados pela taxa SELIC desde a data de aprovação do processo de encerramento do crédito até o dia do efetivo pagamento.

23 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social

O Capital social autorizado da Companhia em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é de R\$ 1.300.000 e o integralizado até a data do balanço é de R\$ 542.163.

A composição do capital social realizado por classe de ações, sem valor nominal, e principais acionistas é a seguinte:

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Acionistas	Nº de Ações (EM UNIDADES)							
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais				Total	%
	Única	%	A	%	B	%		
Neoenergia S.A .	98.122.082	89,8	7.863.541	40,2	59.315.266	100,0	165.300.889	87,8
Iberdrola Energia	5.597.908	5,1	10.394.196	53,1	-	0,0	15.992.104	8,5
Previ	3.317.800	3,0	994.400	5,1	-	0,0	4.312.200	2,3
Outros	2.266.726	2,1	305.419	1,6	-	0,0	2.572.145	1,4
Total	109.304.516	100,0	19.557.556	100,0	59.315.266	100,0	188.177.338	100,0

Acionistas	R\$ (EM REAIS)							
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais				Total	%
	Única	%	A	%	B	%		
Neoenergia S.A .	282.702.410	89,8	22.655.879	40,2	170.894.953	100,0	476.253.242	87,8
Iberdrola Energia	16.128.297	5,1	29.947.023	53,1	-	0,0	46.075.320	8,5
Previ	9.559.011	3,0	2.864.995	5,1	-	0,0	12.424.006	2,3
Outros	6.530.731	2,1	879.952	1,6	-	0,0	7.410.683	1,4
Total	314.920.449	100,0	56.347.849	100,0	170.894.953	100,0	542.163.251	100,0

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembléia Geral. As ações preferenciais, de ambas as classes, não possuem direito de voto, ficando assegurado ainda: (i) as ações preferenciais “Classe A” têm prioridade na distribuição de dividendos, que serão no mínimo 10% (dez por cento) sobre o capital social representado por ações preferenciais “Classe A”; (ii) as ações preferenciais “Classe B”, têm prioridade na distribuição de dividendos, somente após a distribuição de dividendos às preferenciais “Classe A”, sendo tais dividendos no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

Reservas de Capital

a) Reserva Especial de Ágio

Essa reserva no montante de R\$ 339.052 foi gerada em função da reestruturação societária da Companhia, que resultou no reconhecimento do benefício fiscal diretamente no patrimônio, quando o ágio foi transferido para a Companhia através da incorporação.

b) Reserva de Incentivo Fiscal

A legislação do imposto de renda possibilita que as empresas situadas na Região Nordeste, e que atuam no setor de infra-estrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

O saldo da reserva de incentivo fiscal apurado até 31 de dezembro de 2007 no montante de R\$ 340.429 foi mantido como reserva de capital e somente poderá ser utilizado conforme previsto em lei.

Reservas de Lucros

(a) Reserva de Incentivo Fiscal

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em atendimento à Lei nº 11.638/07 e CPC 07, o valor correspondente ao incentivo SUDENE apurado a partir da vigência da Lei foi contabilizado no resultado do exercício, e posteriormente transferido para a reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis conforme previsto no artigo 545 do Regulamento de Imposto de Renda.

O incentivo fiscal SUDENE foi renovado em novembro de 2011, através do Laudo Constitutivo nº. 0145/2011, com validade até 2020, tendo sido assegurada à Companhia o benefício fiscal da redução de 75% do IRPJ, calculado com base no lucro da exploração.

A Companhia apurou no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 o valor de R\$ 136.802 (R\$ 143.060 em 31 de dezembro 2011) de incentivo fiscal SUDENE, calculado com base no Lucro da Exploração, aplicando a redução de 75% do imposto de renda apurado pelo Lucro Real.

(b) Reserva Legal

A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social. A Companhia não constituiu reserva legal no exercício por já ter atingido esse limite.

(c) Reserva de Retenção de Lucros

A Lei das S.A permite às sociedades reterem parcela do lucro líquido do exercício, prevista em orçamento de capital, previamente aprovado pela Assembléia Geral.

Outros Resultados Abrangentes

No patrimônio líquido, a demonstração dos outros resultados abrangentes, em atendimento ao CPC 26 (R1), inclui os ganhos e perdas, não realizados, decorrentes da mensuração a valor justo do ativo financeiro disponível para venda, líquida dos efeitos tributários.

Até 31 de dezembro de 2011, os ajustes decorrentes da atualização monetária dos ativos financeiros de concessão foram reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, a partir de 2012 somente serão reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes os ajustes a valor justo dos ativos financeiros de concessão.

24 RECEITA LÍQUIDA

Segue a composição da receita líquida por natureza e suas deduções:

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Ref.	31/12/2012	31/12/2011
Fornecimento de energia	(a)	2.635.296	2.131.400
Receita de distribuição		2.339.996	2.009.993
Remuneração financeira wacc		295.300	121.407
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	(b)	74.675	30.001
Receita pela disponibilidade da rede elétrica	(c)	4.075.798	3.873.370
Receita de distribuição		4.067.517	3.871.578
Remuneração financeira wacc		8.281	1.792
Receita de construção da infraestrutura da concessão		1.166.645	944.904
Outras receitas	(d)	80.691	66.456
Total receita bruta		8.033.105	7.046.131
(-) Deduções da receita bruta	(e)	(2.219.491)	(2.078.772)
Total receita operacional líquida		5.813.614	4.967.359

(a) Fornecimento de energia

Composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumo:

	Ref.	Nº de consumidores		MWh (*)		R\$ mil	
		faturados (*)		31/12/12		31/12/11	
		31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Consumidores:							
Residencial		4.577.295	4.473.716	5.493.414	5.356.397	2.715.529	2.388.994
Industrial		19.919	20.656	2.814.172	3.569.780	928.027	1.051.378
Comercial		317.615	313.582	2.827.182	2.837.885	1.503.507	1.387.849
Rural		204.776	199.989	1.350.827	1.136.845	303.649	244.124
Poder público		46.386	46.717	626.250	606.845	295.169	264.891
Iluminação pública		16.233	16.087	789.645	760.007	171.780	154.544
Serviço público		9.720	8.869	812.447	763.870	204.613	176.057
Consumo próprio		391	374	14.327	13.837	-	-
Suprimento		1	1	-	-	-	-
Fornecimento não faturado		-	-	-	-	75.620	(986)
Reclassificação da receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor cativo	(1)	-	-	-	-	(3.892.915)	(3.759.491)
		5.192.336	5.079.991	14.728.264	15.045.466	2.304.979	1.907.360
Subvenção à tarifa social baixa renda		-	-	-	-	330.317	224.040
Total		5.192.336	5.079.991	14.728.264	15.045.466	2.635.296	2.131.400

(1) Em atendimento ao Despacho ANEEL nº 1.618 de 23/04/2008, a Companhia efetuou a segregação da receita de comercialização e distribuição utilizando uma “turd média” calculada a partir da turd homologada para consumidores cativos.

(*) Informações não auditadas

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 1.282 de 17 de abril de 2012, publicada no Diário Oficial da União do dia 20 de abril de 2012, homologou o resultado do Reajuste Tarifário anual da Companhia, em 10,73%, sendo 7,53% relativo ao reajuste econômico e de 3,19% relativo aos componentes financeiros, o que corresponde a um efeito médio de 6,57% a ser percebido pelos consumidores cativos.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Ref.</u>	
Receita Anual (RA0)	(1)	<u>4.561.432</u>
Encargos Setoriais		415.751
Compra de Energia Elétrica		2.273.278
Transporte de Energia		283.208
Parcela A		<u>2.972.237</u>
Remuneração Bruta de Capital - Parcela B		<u>1.932.837</u>
Receita Requerida (Parcela A +B)	(2)	<u>4.905.074</u>
CVA e Neutralidade		(58.434)
Componentes Financeiros		151.602
Subsídios Tarifários		63.426
Total Comp. Financeiros e Subsídios	(3)	<u>156.594</u>
Reajuste Econômico [(2) / (1)]	(4)	7,53%
Componentes Financeiros e Subsídios [(3) / (2)]	(5)	3,19%
Reajuste Tarifário Total [(4) + (5)]		<u>10,72%</u>
Reajuste Percebido pelo Consumidor*		<u>6,57%</u>
(*) Informação não auditada		

As novas tarifas entraram em vigor a partir do dia 22 de abril de 2012 com vigência até 21 de abril de 2013.

Os consumidores industriais e comerciais de médio e grande porte, atendidos em alta tensão, tiveram reajuste médio de 7,36%. Para os consumidores atendidos em baixa tensão, que inclui os consumidores residências e baixa renda, o aumento médio foi de 6,15%.

(b) Câmara de Comercialização de Energia - CCEE

Os montantes de receitas/despesas faturados e/ou pagos pelas concessionárias que tiveram excedente/falta de energia, comercializados no âmbito da CCEE, foram informados pela mesma e referendados pela Companhia.

(c) Receita pela disponibilidade da rede elétrica

A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD refere-se basicamente a venda de energia para consumidores livres e cativos com a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição.

	<u>Ref.</u>	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor livre		182.883	113.879
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor Cativo	(1)	3.892.915	3.759.491
Total		<u>4.075.798</u>	<u>3.873.370</u>

(1) Vide comentários nota (a), acima.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Outras receitas

	31/12/12	31/12/11
Renda da prestação de serviços	24.559	22.823
Arrendamentos e aluguéis	28.673	27.037
Serviço taxado	11.080	5.517
Taxa de iluminação pública	5.046	4.743
Administração de faturas de fraudes	(1.970)	(4.008)
Comissão serviços de terceiros	4.062	4.656
Multa infração consumidor	932	4.536
Outras receitas	8.309	1.152
Total	80.691	66.456

(e) Deduções da receita bruta

	31/12/12	31/12/11
IMPOSTOS:		
ICMS	(1.298.133)	(1.177.999)
PIS	(113.613)	(100.522)
COFINS	(523.314)	(463.590)
ISS	(6.073)	(5.419)
ENCARGOS SETORIAIS:		
Quota para reserva global de reversão - RGR	(46.888)	(56.304)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(37.947)	(34.205)
Subvenção – conta consumo de combustível – CCC	(134.942)	(189.624)
Programa de Eficientização Energética - PEE	(21.374)	(18.923)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	(8.542)	(7.550)
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	(4.271)	(3.775)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(8.542)	(7.550)
Encargos do Consumidor - Tesouro Nacional	(12.812)	(11.324)
Outros	(3.040)	(1.987)
Total	(2.219.491)	(2.078.772)

25 CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		31/12/12			31/12/11
	Ref.	Custos dos serviços	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal	(a)	(60.141)	(69.088)	(109.260)	(238.489)
Administradores		-	-	(5.282)	(3.439)
Entidade de previdência privada		(4.498)	(2.190)	(659)	(5.519)
Material		(15.361)	(1.517)	(1.333)	(11.992)
Serviços de terceiros		(96.274)	(194.868)	(88.265)	(277.039)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica-TFSEE		(9.122)	-	-	(8.944)
Energia elétrica comprada para revenda	(b)	(2.182.775)	-	-	(1.787.518)
Encargos de uso de rede	(c)	(280.620)	-	-	(242.486)
Amortização	(d)	(204.694)	(42.732)	(8.828)	(234.202)
Arrendamentos e aluguéis		(952)	(169)	(3.750)	(4.041)
Tributos		(447)	(2.148)	(831)	(2.988)
Provisões líquidas - PCLD		-	(79.318)	-	(91.547)
Perdas conta a receber/consumidores		-	(83.279)	-	(58.666)
Provisões líquidas - contingências		-	-	9.448	3.018
Custo de construção da infraestrutura da concessão		(1.166.645)	-	-	(944.904)
Outros ganho / perdas / alienação / cancelamento / desativação		-	-	(9.272)	(1.646)
Outros	(e)	(4.212)	(3.133)	(39.569)	(39.018)
Total custos / despesas		<u>(4.025.741)</u>	<u>(478.442)</u>	<u>(257.601)</u>	<u>(3.921.264)</u>

(a) Custo e despesa de pessoal

	31/12/12	31/12/11
Remunerações	(128.283)	(116.090)
Encargos sociais	(65.511)	(58.501)
Auxílio alimentação	(13.531)	(11.566)
Convênio assistencial e outros benefícios	(5.535)	(9.525)
Rescisões	(16.327)	(8.602)
Férias e 13º salário	(34.200)	(28.423)
Plano de saúde	(15.839)	(16.320)
Contencioso trabalhista	(18.151)	(17.464)
Participação nos resultados	(30.516)	(20.964)
Encerramento de ordem em curso	(4.159)	(3.834)
(-) Transferências para ordens	93.563	80.956
Total	<u>(238.489)</u>	<u>(210.333)</u>

(b) Energia elétrica comprada para revenda

	31/12/12		31/12/11	
	R\$	MWh (1)	R\$	MWh (1)
Terceiros	(1.669.709)	15.276.437	(1.416.044)	15.311.710
Partes relacionadas	(459.774)	2.801.256	(441.072)	2.803.749
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica	(94.176)	327.511	(18.798)	-
Proinfa	(75.511)	400.402	(61.031)	390.207
Encargos Serviço Sistema - ESS	(89.994)	-	(27.159)	-
Créditos de PIS e COFINS	206.389	-	176.586	-
Total	<u>(2.182.775)</u>	<u>18.805.606</u>	<u>(1.787.518)</u>	<u>18.505.666</u>

(1) Informações não auditadas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Custo com encargos de uso do sistema de transmissão

	31/12/12	31/12/11
Terceiros	(294.830)	(253.434)
Partes relacionadas	(12.903)	(13.179)
Crédito PIS / COFINS	27.113	24.127
Total	(280.620)	(242.486)

(d) Amortização

	31/12/12	31/12/11
Quota de amortização no exercício	(263.493)	(243.629)
(-) Amortização transferida para ordens em curso	(221)	(230)
(-) Crédito PIS/COFINS	7.460	9.657
	(256.254)	(234.202)

(e) Outros custos e despesas operacionais

	31/12/12	31/12/11
Seguros	(1.601)	(1.426)
Doações e contribuições	(1.679)	(1.396)
Recuperação de despesa	58	5.732
Órgãos de classe do Setor Elétrico	(2.395)	(2.196)
Despesas de viagem	(3.184)	(2.684)
Consumo próprio e energia elétrica	(6.591)	(5.918)
Propaganda e publicidade	(3.770)	(2.686)
Indenização processos cíveis e fiscais	(19.863)	(18.483)
Alimentação	(342)	(205)
Encerramento de ordem em curso	(498)	(493)
Contencioso trabalhista - Terceiros	(5.450)	(5.713)
Outros	(1.537)	(3.550)
Total	(46.914)	(39.018)

26 RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

Receitas Financeiras	31/12/12	31/12/11
Renda de aplicações financeiras	18.330	34.112
Juros, comissões e acréscimo moratório de energia	78.785	68.673
Variação monetária	44.436	59.948
Variação cambial	48.217	46.228
Operações swap	69.086	78.191
Receita Financeira da Concessão	105.927	-
Outras receitas financeiras	15.314	23.702
Total	380.095	310.854

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Despesas Financeiras	31/12/12	31/12/11
Encargos de dívida	(190.818)	(161.741)
Variação monetária	(66.004)	(70.764)
Variação cambial	(65.920)	(79.978)
Operações swap	(79.088)	(100.150)
Multas regulatórias	(50.489)	(28.754)
Juros de Mora	(2.576)	(13.676)
Outras despesas financeiras	(42.329)	(34.383)
Total	<u>(497.224)</u>	<u>(489.446)</u>

27 PARTICIPAÇÕES NOS RESULTADOS

A Companhia mantém o programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, nos moldes da Lei nº 10.101/00 e artigo nº 189 da Lei nº 6.404/76, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos. O montante desta participação para o exercício de 2012 é de R\$ 30.988 (R\$ 20.964 em 2011).

28 SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Empresas	Ref	Natureza de Operação	31/12/12			31/12/11		
			Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
CELPE	(b)	Uso da Rede	-	347	-	-	541	(4.356)
		Outros	685	-	(6.659)	592	-	-
			685	347	(6.659)	592	541	(4.356)
COSERN		Outros	107	-	-	110	-	-
			107	-	-	110	-	-
TERMOPERNAMBUCO	a.1)	Energia comprada	-	11.676	(82.239)	-	10.972	(76.878)
			-	11.676	(82.239)	-	10.972	(76.878)
ITAPEBI	g)	Energia fornecida	31	-	243	23	-	159
	a.1)	Energia comprada	-	27.646	(323.277)	-	26.854	(306.670)
		Outros	1.076	-	-	742	-	-
			1.107	27.646	(323.034)	765	26.854	(306.511)
NC ENERGIA	a.1)	Energia comprada	-	2.104	(12.822)	-	1.865	(14.828)
		Reembolso de despesa	2	-	-	2	-	-
			2	2.104	(12.822)	2	1.865	(14.828)
BAGUARI I	a.2)	Energia comprada	-	400	(3.505)	-	396	(3.311)
			-	400	(3.505)	-	396	(3.311)
BAHIA PCH I	b)	Uso da Rede	64	-	759	62	-	818
			64	-	759	62	-	818
RIO PCH I	a.2)	Energia comprada	-	138	(1.181)	-	134	(1.116)
			-	138	(1.181)	-	134	(1.116)
NEOENERGIA INVESTIMENTOS		Prestação de serviço	-	-	257	28	-	406
			-	-	257	28	-	406
GOIAS SUL	a.2)	Energia comprada	-	252	(2.159)	-	244	(1.996)
			-	252	(2.159)	-	244	(1.996)
SE NARANDIBA	c / d)	Uso da Rede	-	382	(3.230)	-	357	(1.320)
			-	382	(3.230)	-	357	(1.320)
AFLUENTE GERAÇÃO	a.1)	Energia comprada	-	1.979	(23.257)	-	1.949	(22.280)
	d)	Uso da Rede	91	-	1.098	95	-	1.255
			91	1.979	(22.159)	95	1.949	(21.025)
AFLUENTE TRANSMISSÃO		Energia fornecida	8	-	92	-	-	-
	b)	Uso da Rede	-	1.322	(11.530)	-	1.176	(9.576)
	e)	Aluguel/Comodato	-	2	(24)	-	2	-
			8	1.324	(11.462)	-	1.178	(9.576)
ÁGUAS DA PEDRA	a.1)	Energia comprada	-	1.735	(14.842)	-	1.679	(14.023)
			-	1.735	(14.842)	-	1.679	(14.023)
Banco do Brasil S.A.		Aplicações Financeiras	-	800	(325)	-	-	-
			-	800	(325)	-	-	-
Fundação Coelba de Previdência Complement. - FAELBA		Contribuição Patronal	-	-	(9.406)	-	-	834
			-	-	(9.406)	-	-	834
Neoenergia S.A.		Prestação de serviço	46	-	545	-	-	(276)
		Dividendos	-	46.694	-	-	-	-
		Juros sobre capital próprio	-	99.830	-	-	25.001	-
		Adiantamento - AFAC	-	2.402	-	-	2.402	-
		Aluguel/Comodato	-	89	(1.004)	-	78	-
			46	149.015	(459)	-	27.481	(276)
Previ - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil		Dividendos	-	1.176	-	-	-	-
		Juros sobre capital próprio	-	2.514	-	-	630	-
			-	3.690	-	-	630	-
Iberdrola Energia S.A		Dividendos	-	4.361	-	-	-	-
		Juros sobre capital próprio	-	7.925	-	-	1.985	-
			-	12.286	-	-	1.985	-
Amara Brasil		Prestação de serviço (almoxarifado)	-	416	3	-	581	-
		Reembolso de despesa	-	-	-	-	-	(34)
			-	416	3	-	581	(34)
Outros Minoritários		Dividendos	-	3.231	-	-	2.734	-
		Juros sobre capital próprio	-	1.864	-	-	897	-
			-	5.095	-	-	3.631	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão descritas a seguir:

(a) Contratos de suprimento de energia elétrica nos mercados

a.1) Contratação Bilateral (Iniciais), aprovadas pela ANEEL

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Itapebi – Contratos nºs 4600010159 e 4600007239, com vigência até 01 novembro de 2016 e 15 de abril de 2017, respectivamente, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

NC Energia – Contrato nº 4600007278, com vigência até 30 de abril de 2017, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

Termopernambuco – Contrato nº 4600007277, com vigência até 31 de dezembro de 2023, corrigido anualmente com base na variação do IGPM.

Afluentes Geração – Contrato nº 4600009536, com vigência até 08 de agosto de 2027, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

a.2) Contratação no Ambiente Regulado (CCEAR), através dos Leilões de Energia promovidos e regulamentados pela ANEEL.

Energética Águas da Pedra S/A - EAPSA – Contrato nº 4600020386, com vigência até 31 de dezembro de 2040, corrigido anualmente pela variação do IPCA.

Rio PCHI - Contratos nºs 4600015317 e 4600015318, com vigência até 31 de dezembro de 2038, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Goiás Sul – Contratos nºs 4600017695 e 4600017700 com vigência até 31 de dezembro de 2039, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Baguari - Contrato nº 4600017675 com vigência até 31 de dezembro de 2039, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

(b) Contratos de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD)

Afluentes Geração - Contrato nº 0220928845, com vigência até agosto de 2027, corrigido anualmente através do reajuste tarifário ANEEL.

Bahia PCH - Contrato nº 7003821506, corrigido anualmente através do reajuste tarifário ANEEL. com vigência até dezembro de 2029.

Celpe - Contrato de nº 4600013697, com vigência até 31 de janeiro de 2020, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

(c) Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST)

Afluentes Transmissão - Contrato nº 4600007292, entre Afluentes, Coelba e o ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico, com vigência até agosto de 2027, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

SE Narandiba - Contrato nº 4600007292, entre Afluentes, Coelba e o ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico, com vigência até agosto de 2027, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

(d) Contratos de Conexão do Sistema de Transmissão (CCT)

Afluentes Transmissão - Contrato nº 4600019786 referente ao uso/conexão do sistema de transmissão da Afluente, com vigência até agosto de 2027, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

SE Narandiba - Contrato nº 4600022506 referente ao uso/conexão do sistema de transmissão da Afluente, com vigência até agosto de 2027, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

(e) Contratos de locação de imóveis

Neoenergia S/A - Contrato nº 4600020482 referente à locação de imóvel não residencial, vigência até 30 de junho de 2014, corrigidos anualmente pela variação do IGPM.

Afluentes Transmissão - Contrato nº 4600024323 referente à locação de imóveis na SE Tomba e SE Brumado, respectivamente, ambos com vigência até 31 de dezembro de 2014, corrigidos anualmente pela variação do IGPM.

(f) Contratos de prestação de serviços

Amara Brasil - Contrato nº. 4600022337, referente à administração e logística de almoxarifado, corrigido anualmente pela variação do IPCA, com vencimento em 15 de agosto de 2014.

(g) Contratos de energia fornecida

Itapebi – Contratos nºs 0214924269 e 0070018241 corrigido anualmente através do reajuste tarifário ANEEL.

Adicionalmente a Companhia realiza vendas de energia a partes relacionadas, presentes em sua área de concessão (consumidores cativos), com valores definidos através de tarifas reguladas pela ANEEL.

A Administração da Companhia entende que as operações comerciais realizadas com partes relacionadas estão em condições usuais de mercado.

(h) Debêntures aplicação/emissão

Regulamento BB POLO 28 Fundo de Investimento Renda Fixa com longo prazo de crédito privado.

(i) Remuneração da administração

A remuneração total dos administradores da Companhia para o período findo em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 4.400 (R\$ 3.099 em 31 de dezembro de 2011). A Companhia mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

29 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Em atendimento à Deliberação CVM nº. 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

Considerações gerais e políticas

A administração dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política Financeira do Grupo que foi aprovada pelo Conselho de Administração da holding. Dentre os objetivos dispostos na Política estão: proteção de 100% da dívida em moeda estrangeira, o financiamento dos investimentos da Companhia com Bancos de Fomento, alongamento de prazos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. Além dessa Política a empresa monitora seus riscos através de uma gestão de controles internos que tem como objetivo o monitoramento contínuo das operações contratadas, proporcionando maior controle das operações realizadas pelas empresas do grupo.

Ainda de acordo com a Política Financeira, a utilização de derivativos tem como propósito único e específico de proteção com relação a eventuais exposições de moedas ou taxas de juros.

Com relação às aplicações financeiras, a Companhia segue a Política de Crédito do Grupo que estabelece limites e critérios para avaliação e controle do risco de crédito ao qual a empresa pode estar exposta. De acordo com essa política, a seleção das instituições financeiras considera a reputação das instituições no mercado e as operações são realizadas ou mantidas apenas com emissores que possuem rating considerado estável ou muito estável.

Gestão do Capital Social

A Companhia promove a gestão de seu capital através de políticas que estabelecem diretrizes qualitativas aliadas a parâmetros quantitativos que visam a monitorar seu efetivo cumprimento.

A gestão do capital consiste em estabelecer níveis de alavancagem que maximizam valor para a empresa, considerando o benefício fiscal da dívida, o custo de endividamento e todos os diversos aspectos envolvidos na definição da estrutura ótima de capital.

Não houve alterações dos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

Em 31 de dezembro de 2012, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa – são classificados como mantido para negociação. O valor justo está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.
- Títulos e valores mobiliários – Ativos financeiros destinados para garantias de empréstimos, financiamentos e leilões de energia são classificados como mantidos até o vencimento e registrados contabilmente pelo custo amortizado. Além disso, os títulos e valores mobiliários também representam os fundos exclusivos compostos por papéis com vencimentos no longo prazo, sendo registrados, a valor justo por meio do resultado, e classificados como destinados para negociação imediata.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Contas a receber de clientes e outros – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Fornecedores – decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo.
- Empréstimos, financiamentos e debêntures

O principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.

- ✓ Empréstimo em moeda nacional Banco do Brasil (NCC) R\$ 100.000 - é considerado como item objeto de hedge, e está contabilizado pelo seu valor justo.
- ✓ Demais empréstimos e financiamentos em moeda nacional – são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Os valores justos destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Trata-se de instrumentos financeiros com características oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos em distribuição de energia, com custos subsidiados, atrelados à TJLP – Taxa de Juros do Longo Prazo ou com taxas prefixadas, e do capital de giro da Companhia, com custos atrelados à CDI – Certificado de Depósito Interbancário.
- ✓ Debêntures em moeda nacional – são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores justos calculados com base em taxas de mercado secundário da própria dívida ou dívida equivalente, divulgadas pela ANBIMA, sendo utilizado como projeção dos seus indicadores as curvas da BM&F em vigor na data do balanço.
- ✓ Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e debêntures em moeda nacional indexada a variação cambial são considerados como itens objeto de hedge, e estão contabilizados pelos seus valores justos.

Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira são considerados como itens objeto de hedge, e estão contabilizados pelos seus valores justos.

- Instrumentos Financeiros Derivativos:
 - ✓ Operação com derivativo para proteção contra variações cambiais – têm por objetivo a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas em moeda estrangeira e em moeda nacional indexada a variação cambial sem nenhum caráter especulativo.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- ✓ Operação com derivativo para troca de taxa de juros – consiste na troca do resultado financeiro apurado pela aplicação de taxa prefixada, equivalente aos juros de um empréstimo, pelo resultado financeiro apurado pela aplicação, sobre o mesmo valor, de percentual da taxa DI, sem nenhum caráter especulativo.

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, recalculados ao seu valor justo, com as variações do valor justo lançadas contra o resultado, exceto quando o derivativo for designado como um instrumento de hedge accounting. Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção, ela não aplica a chamada contabilização de hedge (hedge accounting).

A Companhia não possui outros instrumentos financeiros derivativos, reconhecidos ou não como ativo ou passivo no balanço patrimonial, tais como contratos futuros ou opções (compromissos de compra ou venda de moeda estrangeira, índices ou ações), contratos a termo ou qualquer outro derivativo, inclusive aqueles denominados "exóticos".

O quadro a seguir apresenta os valores dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e o nível de mensuração do valor justo por meio do resultado, de acordo com a CPC 40:

	Nível de Hierarquia	Ativos (Passivos)			
		31/12/12		31/12/11	
		Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Ativo	-				
Caixa e equivalentes de caixa	-	252.479	252.479	180.756	180.756
Títulos e valores mobiliários	-	76.895	76.895	35.294	35.294
Contas a receber de clientes e outros	-	1.121.027	1.121.027	1.195.659	1.195.659
Passivo					
Fornecedores	-	(532.097)	(532.097)	(420.727)	(420.727)
Empréstimos em moeda nacional Banco do Brasil (NCC)	Nível 2	(143.691)	(143.691)	(124.990)	(124.990)
Demais empréstimos e financiamentos em moeda nacional	-	(1.979.287)	(1.979.287)	(1.886.221)	(1.886.221)
Debêntures em moeda nacional	Nível 1	(241.219)	(240.800)	(317.594)	(317.029)
Empréstimos, financ e debêntures em moeda estrangeira	Nível 2	(820.453)	(820.453)	(290.628)	(290.628)
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2	(2.543)	(2.543)	(43.599)	(43.599)

CPC 40 Níveis de hierarquia do valor justo:

- Nível 1 – Mercado Ativo: Preço cotado (sem ajustes) em mercado;
- Nível 2 – Sem Mercado Ativo: outros dados além dos cotados em mercado (Nível 1) que podem precificar as obrigações e direitos, direta (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- Nível 3 – Sem Mercado Ativo: dados para precificação não presente em mercado.

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra a variação cambial, utilizando swap dólar para CDI, IGP-M e troca de taxa de juros, utilizando swap de taxa prefixada para CDI, conforme descrito a seguir:

- ✓ Operação de “hedge” para a totalidade do endividamento com exposição cambial, de forma que os ganhos e perdas dessas operações decorrentes da variação cambial sejam compensados pelos ganhos e perdas equivalentes das dívidas em moeda estrangeira.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- ✓ Operação de “hedge” para o empréstimo em moeda nacional Banco do Brasil (NCC) R\$ 100.000, de forma que o resultado financeiro apurado pela aplicação de taxa prefixada seja trocado pelo resultado financeiro apurado pela aplicação, sobre o mesmo valor, de 99,5% da taxa DI.

A política da Companhia não permite a contratação de derivativos exóticos, bem como a utilização de instrumentos financeiros derivativos com propósitos especulativos.

Os contratos de derivativos, considerados instrumentos de hedge, vigentes em 31 de dezembro de 2012 e 2011 são como segue:

Descrição	Contraparte	Data dos Contratos	Data de Vencimento	Posição	Valores de Referência				Valor Justo		Efeito acumulado 31/12/12
					Moeda Estrangeira		Moeda Local		31/12/12	31/12/11	Valor a receber/recebido a pagar/pago
					31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11			
Contratos de swaps:											
Swap Ativa	Bancos Santander e Citibank	11/07/06 / 15/06/09 / 22/06/10 / 26/08/10 / 10/12/10		USD 6M LIBOR + 1% a.a. / USD 6M LIBOR + 1,875 % a.a.					310.422	275.428	
Passiva	Merrill Lynch e BNP Paribas		26/06/2013 / 26/06/2015	106,75% / 107,25% / 101,61% / 101,72% / 103,27% / 100,40% e 102,87% do CDI	USD 150.000	USD 150.000	R\$ 282.704	R\$ 284.400	282.933	284.641	
									27.489	(9.213)	18.119
Swap Ativa	Banco Votorantim	30/07/04	27/01/14	USD + 13,4853% a.a.	USD 2.979	USD 4.847	R\$ 9.003	R\$ 14.646	12.599	17.475	
Passiva				IGPM + 13,95% a.a					43.319	57.875	
									(30.720)	(40.400)	(6.346)
Swap Ativa	Banco de Tokyo	03/12/12	14/06/18	114,29% *(Libor 3M+0,80% a.a)	USD 50.000	-	R\$ 104.005	-	96.988	-	
Passiva				CDI + 0,60% a.a.					104.305	-	
									(7.317)	-	(7.317)
Swap Ativa	Bank of America	13/11/12 / 16/11/12 /	14/06/18	117,65% *(Libor 3M+1,70% a.a)	USD 200.000	-	R\$ 415.500	-	409.944	-	
Passiva	Merrill Lynch			CDI + 0,552% a.a. / CDI + 0,60% a.a. / CDI + 0,61% a.a.					416.696	-	
									(6.752)	-	(6.752)
Swap Ativa	Banco do Brasil	06/05/2010	14/04/2014	12,16% a.a.	-	-	R\$ 100.000	R\$ 100.000	143.694	124.992	
Passiva				99,5 % do CDI					128.937	118.978	
									14.757	6.014	8.743
Total									(2.543)	(43.599)	6.447

Os derivativos e respectivos itens objeto de proteção foram ajustados ao valor justo. A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado a proteção foram registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do exercício.

Fatores de Risco

- Riscos financeiros

- ✓ Risco de variação cambial

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de elevação nas taxas de câmbio, que aumentem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e das debêntures em moeda nacional indexada a variação cambial captadas no mercado. A Companhia, visando assegurar que oscilações significativas nas cotações das moedas a que está sujeito seu passivo com exposição cambial não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possui em 31 de dezembro de 2012, operações de “hedge” cambial, representando 100% do endividamento com exposição cambial.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012 a Companhia apurou um resultado positivo nas operações de “hedge” cambial no montante de R\$ 6.447.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade do risco da variação da taxa de câmbio do dólar no resultado da Companhia, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos a Administração da Sociedade entende que há necessidade de considerar os passivos com exposição à flutuação das taxas de câmbio e seus respectivos instrumentos derivativos registrados no balanço patrimonial. Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por swaps, o risco de variação cambial é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
Dívida em Dólar	Alta do Dólar	(10.921)	(13.651)	(16.381)
Swap Ponta Ativa em Dólar	Queda do Dólar	11.047	13.809	16.571
Exposição Líquida		126	158	190

Para o cálculo dos valores nos cenários acima, foram projetados os encargos e rendimentos para o trimestre seguinte, considerando no cenário provável a projeção de taxa de câmbio divulgada pela BM&FBOVESPA para o período. No cenário II esta projeção foi majorada em 25% e no cenário III a curva foi majorada em 50% em relação ao cenário provável.

Os derivativos para proteção contra a variação cambial são mensurados pelo valor justo e seus ajustes são reconhecidos no resultado financeiro da Companhia.

✓ Risco de taxas de juros

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia, com o objetivo de acompanhar a taxa de juros do mercado refletida no CDI e reduzir sua exposição a taxas prefixadas, possui derivativo e utiliza swap de taxa prefixada para CDI. Ainda assim, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2012, aplicações financeiras atreladas ao CDI, bem como contratos de empréstimos e financiamentos atrelados ao CDI e à TJLP. Além desses contratos, como mencionado no item “Risco de variação cambial”, a empresa possuía swaps para cobertura das dívidas em moeda estrangeira e em moeda nacional indexada a variação cambial, trocando a exposição à variação do Dólar pela exposição à variação do CDI e IGP-M. Desta forma, o risco da Companhia referente a essas operações passa a ser a exposição à variação do CDI e IGP-M.

A Companhia possui contratos corrigidos por taxas pré-fixadas no montante de R\$ 1.069.107 registrados pelo valor contábil. Alterações nas taxas de juros não influenciam o resultado decorrente desses contratos, por este motivo não foram considerados na análise de sensibilidade.

A análise de sensibilidade demonstra os impactos no resultado da Companhia de uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo.

R\$ Mil				
Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS				
Aplicações financeiras em CDI	Queda do CDI	38	28	19
PASSIVOS FINANCEIROS				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures				
Dívidas em CDI	Alta do CDI	(12.627)	(15.784)	(18.941)
Dívida em TJLP	Alta da TJLP	58.510	73.138	87.765
Swap Ponta Passiva em CDI	Alta do CDI	(21.632)	(27.040)	(32.448)
Swap Ponta Passiva em IGPM	Alta do IGPM	(564)	(705)	(846)

Para o cálculo dos valores nos cenários acima, foram projetados os encargos e rendimentos para o trimestre seguinte. Para os encargos de dívida foi considerada, no cenário provável, a projeção de taxa de juros divulgada pela BM&FBOVESPA para o período. No cenário II esta projeção foi majorada em 25% e no cenário III a curva foi majorada em 50% em relação ao cenário provável.

Para os rendimentos das aplicações financeiras, foi considerada a projeção do CDI da BM&FBOVESPA para o período no cenário provável, uma redução de 25% no CDI projetado para o cenário II e uma redução de 50% para o cenário III.

✓ Risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos no vencimento. Este risco é controlado, através de um planejamento criterioso dos recursos necessários às atividades operacionais e à execução do plano de investimentos, bem como das fontes para obtenção desses recursos. O permanente monitoramento do fluxo de caixa da empresa, através de projeções de curto e longo prazo, permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

A Política Financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o hedge da dívida em moeda estrangeira.

Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na Política de Crédito do Grupo Neoenergia, com o objetivo de preservar a liquidez e mitigar o risco de crédito (atribuído ao rating das instituições financeiras). As aplicações da Companhia são concentradas em fundos exclusivos para as empresas do Grupo, e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

Em 31 de dezembro 2012 a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 210.097, sendo R\$ 208.434 em fundos exclusivos e R\$ 1.663 em outros ativos.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A tabela abaixo demonstra o valor contábil dos fluxos de obrigações da Companhia, com empréstimos, financiamentos, debêntures e fornecedores, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	31/12/2012			
	Menos de 1 ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Circulante				
Fornecedores	252.917	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos	169.618	-	-	-
Debêntures	54.366	-	-	-
Não Circulante				
Fornecedores	-	613.296	1.772.266	292.361
Empréstimos e Financiamentos	-	84.194	-	-
Debêntures	-	(17.294)	(16.651)	(17.879)

- Riscos operacionais

- ✓ Risco de crédito

O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso de consumidores o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira.

- ✓ Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (“covenants” financeiros). O descumprimento dessas restrições pode implicar em vencimento antecipado da dívida (vide nota explicativas nº. 15).

- ✓ Risco quanto à escassez de energia

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo da aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

30 COMPROMISSOS

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia são como segue:

Vigência	2013	2014	2015	2016	2017	Após 2017
2013 a 2030	2.345.105	2.524.052	2.743.910	3.019.362	3.198.370	95.397.880

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 6 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço corrente no final do exercício de 2012, e foram homologados pela ANEEL.

31 ENTIDADE DE PREVIDENCIA PRIVADA

Planos Previdenciários

A Companhia é patrocinadora da Fundação COELBA de Previdência Complementar – FAELBA, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, mantenedora dos planos previdenciários: Plano Misto de Benefícios Previdenciários nº 1 – (Plano CD – FAELFLEX) e Plano Previdenciário nº 2 – (Plano BD); que têm por finalidade principal propiciar aos seus associados participantes e aos seus beneficiários, uma renda pecuniária de suplementação de aposentadoria e pensão, em conformidade com os planos a que estiverem vinculados.

O Plano nº 1 – FAELFLEX, com características de contribuição definida, contemplando a renda de aposentadoria programada e os benefícios de pecúlio por morte e por invalidez, foi implantado em 1998, com adesão de mais de 98% dos participantes ativos (que migraram do Plano BD). O plano de contribuição definida (CD) por sua característica de poupança individual, não apresenta déficit ou superávit já que o resultado dos investimentos é integralmente repassado para os participantes. No entanto, além da poupança individual, o FAELFLEX confere aos participantes, benefício de recomposição da reserva matemática nos casos de morte ou invalidez permanente ocorridas durante a atividade laboral até os 62 anos de idade. Essa peculiaridade insere o FAELFLEX nas disposições contidas no CPC 33, no que tange à realização de cálculos atuariais.

O Plano nº 2 – BD é um plano maduro e está fechado a novos participantes desde 1998. Eventuais insuficiências serão de responsabilidade da patrocinadora e dos participantes.

As contribuições correntes (da patrocinadora e dos participantes, na paridade de 1 para 1) destinam-se à cobertura dos benefícios a serem pagos aos participantes, acumulados desde a sua admissão no plano.

As contribuições pagas ou provisionadas durante o exercício foram as seguintes:

	31/12/12	31/12/11
Custo do Intangível em Curso	(3.359)	(2.745)
Despesas Operacionais	(5.958)	(5.392)
Total	<u>(9.317)</u>	<u>(8.137)</u>

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Avaliação atuarial dos planos previdenciários

Na avaliação atuarial dos planos previdenciários foi adotado o método do crédito unitário projetado. Os pareceres atuariais, emitidos por atuário independente, considerando a situação econômico-financeira dos planos previdenciários mantidos pela FAELBA, em 31 de dezembro de 2012 e 2011, estão resumidos a seguir, bem como as demais informações requeridas pela Deliberação CVM nº 600, de 07/10/2009 e CPC 33.

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial são os seguintes:

	No. 1 - CD		No. 2 - BD	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	6.258	4.955	305.127	252.081
Valor justo dos ativos do plano	3.412	1.357	369.092	374.233
Déficit / (Superávit) para planos cobertos	2.846	3.598	(63.965)	(122.152)
Ganhos / (Perdas) atuariais não reconhecidos	(1.043)	(1.911)	(7.087)	(6.360)
Efeito do Limite de Parágrafo 58B (1)	-	-	53.716	111.176
Passivo / (ativo) atuarial líquido total	1.803	1.687	(17.336)	(17.336)

(1) Refere-se a parte do superávit acumulado do Plano BD não atribuível à Companhia na observância da proporção contributiva (50%) no período em que se deu a constituição do superávit. O valor calculado está em conformidade com o parágrafo 58B da Deliberação CVM nº 600/09

Os valores reconhecidos no resultado são os seguintes:

	No. 1 - CD		No. 2 - BD	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Custo do serviço corrente (com juros, líquido da contribuição do participante)	381	277	55	2
Juros sobre as obrigações atuariais	587	488	26.508	23.950
Rendimento esperado dos ativos do plano	(195)	(264)	(38.091)	(39.796)
Amortização de (ganhos) ou perdas atuariais líquidos	126	10	68.988	-
Efeito do Limite de Parágrafo 58B (1)	-	-	(57.459)	37.860
Total da despesa (receita) a ser reconhecida	900	511	-	22.016
Rendimento efetivo dos ativos do plano	1.264	1.188	22.096	35.753

Conforme previsto na Deliberação CVM nº. 600/09, a parcela dos ganhos ou perdas atuariais a ser reconhecida, como receita ou despesa, em um plano de benefício definido é o valor dos ganhos e perdas não reconhecidos que exceder, em cada período, ao maior dos seguintes limites:

- 10% do valor presente da obrigação atuarial total do benefício definido; e
- 10% do valor justo dos ativos do plano.

As movimentações no valor presente da obrigação com benefícios definidos são os seguintes:

	No. 1 - CD		No. 2 - BD	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Valor das obrigações no início do ano	4.955	4.237	252.081	234.587
Custo do serviço corrente bruto (1)	381	277	55	2
Juros sobre obrigação atuarial	587	488	26.508	23.950
Contribuições de participantes vertidas no ano	7	9	-	12
(Ganho) / perda atuarial	327	(55)	53.720	20.718
Benefícios pagos no ano	-	-	(27.237)	(27.188)
Valor das obrigações calculadas no final do ano	6.258	4.956	305.127	252.081

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(1) Com juros, líquido da contribuição do participante.

As movimentações no valor justo dos ativos do plano são as seguintes:

	No. 1 - CD		No. 2 - BD	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Valor justo dos ativos no início do ano	1.357	1.832	374.233	365.643
Rendimento esperado no ano	195	264	38.091	39.796
Ganho / (perda) atuariais nos ativos do plano	1.069	(1.452)	(15.995)	(4.043)
Contribuições da patrocinadora	784	704	-	12
Contribuições de participantes	7	9	-	12
Benefícios pagos pelo plano	-	-	(27.237)	(27.188)
Valor justo dos ativos no final do ano	3.412	1.357	369.092	374.232

A Deliberação CVM nº. 600/09, em linha com os procedimentos contábeis estabelecidos no CPC 33 – Benefícios a Empregados, determina o registro de um passivo quando o montante das obrigações ultrapassa o valor dos ativos do plano de benefícios, e de um ativo quando o montante dos ativos supera o valor das obrigações do plano. Nesta última hipótese o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que este poderá reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou que será reembolsável no futuro.

A estimativa do empregador sobre as contribuições que se espera pagar ao plano durante o exercício de 2013:

	CD	BD
Contribuição de participante	7	-
Contribuição da empresa	784	-

Principais premissas econômicas adotadas para os cálculos atuariais referentes aos exercícios de 2012 e 2011:

	No. 1 - CD	No. 1 - CD	No. 2 - BD	No. 2 - BD
	2012	2011	2012	2011
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial	9,20%	10,99%	9,20%	10,99%
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do pla	9,20%	11,35%	9,20%	10,49%
Índice estimado de aumento nominal dos salários	7,10%	7,10%	7,10%	7,10%
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	Não aplicável	Não aplicável	5,00%	5,00%
Taxa estimada de inflação no longo prazo	5,00%	5,00%	5,00%	5,00%
Taxa de rotatividade esperada	0,15 / (tempo de serviço + 1)	0,15 / (tempo de serviço + 1)	Nula	Nula
Fator de capacidade	0,98	0,98	0,98	0,98
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000 segregada por sexo	AT-2000 segregada por sexo	AT-2000 segregada por sexo	AT-2000 segregada por sexo
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	Não aplicável	Não aplicável	AT-83 masculina	AT-83 masculina
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Ligth-média	Ligth-média	Ligth-média	Ligth-média
Probabilidade de ingresso em aposentadoria	Não aplicável	Não aplicável	100% na data da aposentadoria normal	100% na data da aposentadoria normal

As taxas esperadas de retorno dos investimentos de longo prazo relativa aos planos avaliados foram selecionadas pela Coelba, tendo sido determinadas a partir das expectativas de rentabilidade de longo prazo fornecidas pela Faelba.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os percentuais de alocação do valor justo dos ativos do plano ao total dos ativos, nos exercícios de 2012 e 2011 são os seguintes:

	CD		BD	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Renda variável	16,50%	18,75%	1,18%	1,11%
Renda fixa	77,88%	75,31%	95,75%	95,09%
Imóveis	1,31%	1,71%	1,81%	2,15%
Outros	4,31%	4,23%	1,26%	1,65%
	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Outros Benefícios

Além dos benefícios concedidos por intermédio dos planos de previdência complementar, a Companhia oferece outras vantagens a seus empregados, tais como: plano de saúde, auxílios refeição, transporte, funeral e creche, capacitação e desenvolvimento profissional, que são periodicamente negociadas por ocasião dos acordos coletivos de trabalho. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia despendeu com essas rubricas o montante de R\$ 39.237 (R\$ 36.231 em 2011).

32 SEGUROS

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia está demonstrado a seguir:

Riscos	Consolidado		
	Data da vigência	Importância	Prêmio (R\$)
Riscos Nomeados - Subestações e Usinas	08/10/2012 á 08/10/2013	239.344	639
Riscos Nomeados - Imóveis próprios e locados	08/10/2012 á 08/10/2013	165.776	443
Responsabilidade Civil Geral - Operações	08/10/2012 á 08/10/2013	8.000	525
Veículos	08/10/2012 á 08/10/2013	-	51

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes, com as principais apólices descritas a seguir:

Riscos nomeados – imóveis próprios, locados (de/ou para terceiros), almoxarifados, subestações e usinas – pela apólice contratada estão cobertos os principais equipamentos das subestações e usinas, com seus respectivos valores segurados e limites máximos de indenização. Tem cobertura securitária básica contra incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza, sendo que as subestações e usinas têm cobertura adicional contra danos elétricos e tumulto.

Responsabilidade civil geral – cobertura às reparações por danos involuntários, pessoais e/ou materiais causados a terceiros, em consequência das operações comerciais da Companhia. O Limite Máximo de Indenização – LMI contratado para a Apólice de Responsabilidade Civil Geral da Companhia é de R\$ 8.000, aplicado por sinistro ou série de sinistros resultantes de um mesmo evento.

A soma de todas as indenizações e despesas pagas pela presente apólice de Responsabilidade Civil em todos os sinistros reclamados durante a vigência, não poderá exceder, em hipótese alguma, ao limite agregado de uma vez e meia a importância segurada, ou seja, ao valor de R\$ 12.000.

Transporte (Nacional e Internacional) – garante o pagamento de uma indenização ao segurado caso os bens (novos ou usados) em trânsito, transportados através das vias marítimas, fluviais, lacustres, aéreas, rodoviárias ou ferroviárias; devidamente averbados, sofram uma avaria (sinistro), em qualquer localidade do território nacional (transporte nacional) ou no exterior (transporte internacional).

Veículos – coberturas básicas de responsabilidade civil facultativa de veículos, casco e acidentes pessoais coletivos; e coberturas adicionais de quebra de vidros, assistência 24 horas e carro reserva por sete dias em caso de sinistro ou roubo. Os Veículos são segurados a valor de mercado, tomando como base a “Tabela Fipe”, não tendo um valor fixo a título de importância segurada.

33 QUESTÕES AMBIENTAIS*

A companhia pauta sua conduta pela conservação do meio ambiente e respeito à legislação ambiental, por meio de diversas ações, bem como o cumprimento das normas do seu Sistema de Gestão Ambiental (SGA) criado em 2005.

Em 2012, destacam-se algumas ações voltadas para a sustentabilidade e à conservação ambiental:

Manejo da Vegetação

Gestão voltada para a melhoria da arborização urbana e rural, através da qualificação de equipes que realizam a atividade de poda de árvores com módulos de técnicas de poda, ferramental adequado, planejamento da arborização urbana, incentivo ao plantio de espécies adequadas na via urbana e legislação ambiental, realizado em parceria com as Prefeituras Municipais.

Rede Compacta / Linha Verde

Utilização de cabos elétricos protegidos evitando acidentes por contato com árvores, reduzindo a necessidade de poda da arborização e melhorando o desempenho do sistema elétrico.

Projeto de Meliponicultura em uma Unidade de Conservação

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Parceria firmada com a Fundação Terra Mirim, a fim de incrementar a meliponicultura com a criação racional da abelha urucu (*Melipona scutellaris*) no Vale do Itamboátá, região remanescente da Mata Atlântica, dentro dos limites da Área de Proteção Ambiental (APA) Joanes Ipitanga. Capacitar e acompanhar técnicos identificados nas comunidades, instalar e manter um meliponário-escola, com a finalidade de facilitar o diagnóstico dos problemas enfrentados na criação, bem como o estudo de soluções viáveis para um melhor manejo das colônias foram alguns dos objetivos dessa parceria, fruto de um condicionante ambiental dos empreendimentos LD 69 kV CIA III LFR – Shopping Salvador Norte, LD 69 kV UTE Solvi (ATERRO) – CIA III e LD 69 kV CIA III – ENGEPACK.

Gestão Sustentável de Resíduos

Ações que contribuem para a melhoria da gestão dos resíduos gerados no processo produtivo da empresa, a exemplo de:

- Projeto Logisverde - reutilização de carretéis de madeira proveniente da aquisição de condutores usados nas redes e linhas da Coelba.

A Companhia realiza ainda diversos projetos voltados à compensação ambiental, que se encontram inseridos em programas de investimentos, e que tem por motivadores os “condicionantes ambientais”, que se originam do processo de licenciamento ambiental. Tais projetos visam reparar, atenuar ou restaurar impactos no meio ambiente, provenientes da instalação de empreendimentos.

Destacamos abaixo os recursos aplicados, de modo a atender a seus compromissos ambientais.

	Ativo		Resultado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Recursos aplicados	42.157	36.798	19.750	15.401

* Informações não auditadas

34 EVENTOS SUBSEQUENTES

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), homologou através da Resolução Homologatória nº 1429, de 24/01/13, as novas tarifas de energia a serem aplicadas aos consumidores da COELBA, em decorrência do estabelecido na Lei 12.783 de 11/01/2013, que tratou da antecipação da renovação das concessões de geração e transmissão.

O efeito nas tarifas da COELBA foi uma redução média de 20,03%, sendo de 18,96% para os consumidores residenciais e de 22,56%, em média, para os consumidores Industriais e Comerciais de médio e grande porte, atendidos em alta Tensão. As novas tarifas entraram em vigor a partir do dia 24/01/2013.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A redução é resultado da Lei nº 12.783/2013, que promoveu a antecipação da renovação das concessões de transmissão e geração de energia que venciam até 2017. As principais alterações que permitiram a redução da conta foram:

- Alocação de cotas de energia, resultantes das geradoras com concessão renovadas, a um preço médio reduzido para R\$ 32,89/MWh;
- Redução dos custos de transmissão;
- Redução dos encargos setoriais;e
- Retirada de subsídios da estrutura da tarifa, com aporte direto do Tesouro Nacional por meio da CDE.

Assim, essa redução de tarifas decorrente da redução dos custos da energia comprada, da transmissão e dos encargos do setor elétrico, afetam a Parcela A, de custos não gerenciáveis da distribuidora, por isso, não haverá influência dessa redução sobre o equilíbrio econômico e financeiro da Companhia, nem sobre planejamento de investimento e manutenção do sistema elétrico da Coelba, uma vez que a redução de receita ocorrerá em paralelo e proporcionalmente à redução de custos associados.